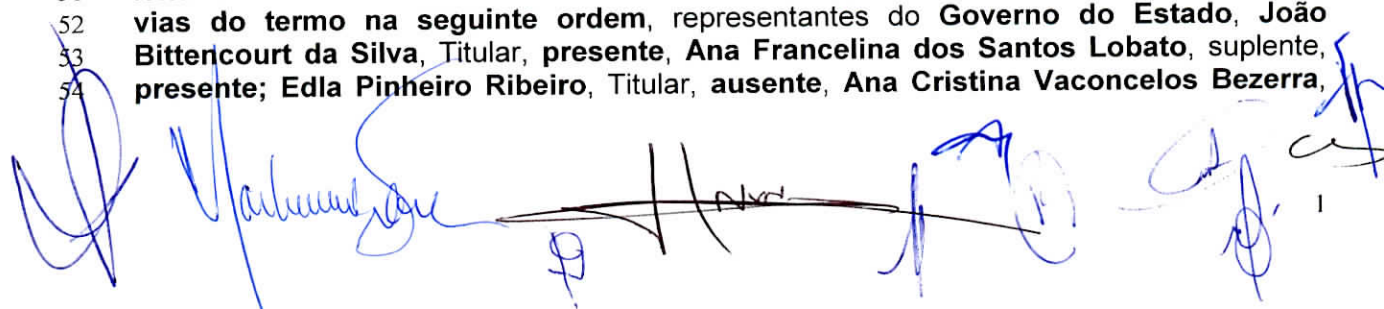


1 **ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**  
2 **PREVIDÊNCIA – CEP DO ANO 2009 – BIÊNIO DE 2009-2010.**  
3  
4

5 Aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e nove da era cristã, às  
6 dezesseis horas, no Auditório do prédio da Amapá Previdência – AMPREV, situado a Rua  
7 Binga Uchoa, nº. dez, Centro, nesta Capital, reuniram-se ordinariamente pela primeira vez,  
8 o Conselho Estadual de Previdência – CEP. A reunião do Conselho Estadual de  
9 Previdência para o Biênio 2009-2010, foi aberta pelo Senhor Presidente Artur de Jesus de  
10 Barbosa Sotão, que cumprimentou os Senhores Conselheiros e demais presentes, após os  
11 cumprimentos, seguindo a pauta da reunião, **o Secretário fez a leitura do edital numero,**  
12 **zero, zero, um, de dois mil e nove,** o qual, convoca os Conselheiros, para se fazerem  
13 presentes na primeira reunião ordinária do ano de dois mil e nove, Biênio dois mil e nove e  
14 dois mil e dez, que será realizada no dia vinte e nove de janeiro de dois mil e nove, às  
15 dezesseis horas, no auditório da Amapá Previdência – AMPREV, sito à Rua Binga Uchoa,  
16 número dez, Centro, nesta Capital. **O segundo item da pauta** foi verificado pelo  
17 Conselheiro Presidente, Artur de Jesus Barbosa Sotão, que **fez a verificação do quorum,**  
18 chamando nominalmente os Conselheiros presentes na seguinte ordem, Arnaldo Santos  
19 Filho, **presente,** Welington de Carvalho Campos, **presente,** Haroldo Vitor de Azevedo  
20 Santos, **ausente,** representado pela suplente, a Conselheira Maria Conceição Laurinho  
21 dos Santos, **presente,** Mário Gurtyev de Queiroz, **presente,** Dalto da Costa Martins,  
22 **presente,** Damilton Barbosa Salomão, **ausente,** Estela Maria Pinheiro do Nascimento Sá,  
23 **presente,** Luiz Eduardo Nunes, **presente,** Micherlon Mendonça dos Santos, **presente,**  
24 Anatal de Jesus Pires de Oliveira, **ausente,** representado pelo suplente, o Conselheiro  
25 Cleydson Sousa do Nascimento, **presente,** Moisés Tavares de Araújo, **presente,** Marlúcio  
26 de Almeida Souza, **presente,** Antônio Márcio de Souza Pelaes, **ausente,** representado  
27 pelo suplente, o Conselheiro Alvinho Boucinha da Fonseca, **presente,** Rosival Nazareno  
28 Fortunato Monteiro, **ausente,** representado pelo suplente, o Conselheiro Juliano Andrade  
29 de Araújo, **presente** e Fernando Cezar Pereira da Silva, **presente.** **Continuando a pauta,**  
30 o Senhor Presidente, **fez a leitura das justificativas de ausências** dos seguintes  
31 Conselheiros, Anatal, Rosival, Damilton e Rozane, Haroldo Vitor e Antonio Marcio e o  
32 Conselheiro Fiscal Elcio. **Outro item da pauta foi a Homologação da Posse dos**  
33 **Conselheiros, o Presidente Sotão, explicou** que segundo a legislação diz que os  
34 Conselheiros devem ser empossados até trinta dias, após a publicação do ato de  
35 nomeação (Decreto) e reportou que a nomeação dos Conselheiros se deu no dia 19 de  
36 dezembro de 2009 e que o limite para dar posse foi o dia 19 de janeiro de 2009, e como no  
37 dia 06 de janeiro, alguns Conselheiros não foram empossados e antes de expirar os trintas  
38 dias, a **Presidência deu Posse aos demais Conselheiros** no dia 15 de janeiro de 2009 e  
39 neste momento solicitou que o Conselho homologa-se a posse dos Conselheiros, Mário  
40 Gurtyev, Dalton Martins, Cezar Nazaré, Marcelo Moreira dos Santos e Cezar Souza de  
41 Melo, colocando para deliberação do Colegiado, que sem manifestação **homologaram a**  
42 **Posse dos Conselheiros. Prosseguindo o Presidente falou do próximo** ponto da  
43 pauta, aproveitando o ensejo, solicitou também, **a homologação da posse do Conselho**  
44 **Fiscal,** prosseguindo com a **posse do Conselho Fiscal,** ele colocou que tivemos um  
45 lapso bastante longo de tempo, sem que o Conselho fiscal fosse constituído e por  
46 conseqüente cumprisse com sua função, falou que salvo engano que a AMPREV está  
47 desde dois mil e três sem Conselho Fiscal, mas que graças a Deus conseguiu convidar  
48 algumas pessoas que aceitaram o convite e semelhante a Posse do Conselho Estadual de  
49 Previdência, o Senhor Presidente procedeu na mesma dinâmica a posse do Conselho  
50 Fiscal. **Dando início à assinatura do TERMO DE POSSE, o Senhor Presidente fez a**  
51 **leitura dos nomes dos conselheiros titulares e suplentes para assinatura das duas**  
52 **vias do termo na seguinte ordem,** representantes do Governo do Estado, João  
53 **Bittercourt da Silva,** Titular, **presente,** Ana Francelina dos Santos Lobato, suplente,  
54 **presente;** Edla Pinheiro Ribeiro, Titular, **ausente,** Ana Cristina Vaconcelos Bezerra,





55 suplente, **presente**; **Marinely Omobono Machado**, Titular, **presente**; e **Antonilda Maria**  
56 **Cardoso Trindade**, suplente, **presente**, representantes dos **segurados e beneficiários**,  
57 **Elcio José de Souza Ferreira**, Titular, **ausente**, **Francisco das Graças Teles**  
58 **Rodrigues**, suplente, **ausente**, **Camila Rodrigues Ilário**, Titular, **presente**, **José Adilson**  
59 **Barbosa da Silva**, suplente, **presente**; e **Benedito Balieiro Ferreira**, Titular, **presente**,  
60 **Arionildo Barbosa Correa**, suplente, **presente**. **Prosseguindo o Presidente**  
61 Parabenizou todos os Conselheiros do Conselho Fiscal empossados, e disse para os  
62 demais Conselheiros presentes no plenário que todos os Membros do Conselho Fiscal,  
63 possuem formação pertinente a legislação que norteia a Amapá Previdência e que a  
64 maioria já tem experiência e a maior parte já desenvolve atividades na Auditoria do Estado  
65 do Amapá e certamente vão colaborar muito com a AMPREV. Uma outra questão é que  
66 sempre entre um representante e um suplente, temos uma pessoa que é servidor do  
67 Estado, ou seja, uma pessoa que vem realmente fiscalizar um patrimônio que também é  
68 seu. O Presidente falou em nome do Conselho, parabenizando novamente pela indicação  
69 e desejou que os Conselheiros desenvolvam um bom trabalho e que tem muita coisa para  
70 serem analisadas e depois a serem colocadas para apreciação do Conselho. O Presidente  
71 disse que estava muito feliz, primeiramente pela recomposição do Conselho e que de  
72 acordo com a legislação, depois, os próprios conselheiros irão se reunir para escolha do  
73 Presidente e vão formular um Regimento Interno para colocar para apreciação do próprio  
74 Conselho, enfim, terão que fazer primeiro um trabalho de estrutura, para depois realmente,  
75 começar trabalhar e que os Conselheiros terão nas dependências da AMPREV, um  
76 espaço que ficará a disposição do Conselho para reuniões e todo apoio necessário a  
77 AMPREV vai oferecer ao Conselho Fiscal, então deu seus parabéns e deixou a palavra  
78 para os Conselheiros que quiserem fazer alguma manifestação. **A Conselheira Estela**  
79 parabenizou os Conselheiros empossados e disse que os trabalhos que eles vão enfrentar,  
80 vai ser grande, porque desde 2003 para frente, as contas da AMPREV estão abertas sem  
81 nenhuma auditoria. E, então que na verdade é que o Conselho e já que ela foi  
82 reconduzida, junto com outros membros e eles estão trabalhando sem saber realmente as  
83 irregularidades que existem, até porque não existia Conselho para verificar. A Conselheira  
84 Estela falou também, que a importância do trabalho deles é fundamental e mais uma vez  
85 parabenizou os empossados e disse mãos as obras. Outra coisa que ela explicou foi que  
86 até juridicamente pode ficar uma situação complicada, porque todos sabem que a cada  
87 exercício, um para o outro, passa por essa aprovação de contas e que na realidade o  
88 relatório do Conselho fiscal deve ser aprovado pelo Conselho de Administração e isso  
89 desde dois mil e três que não ocorre, mas ela tem certeza que o Conselho vai está em  
90 boas mãos. **O Conselheiro Marlúcio** parabenizou todos os Conselheiros e disse que a  
91 tarefa é difícil, mas não impossível, para que possa colocar a Instituição no trilho certo e  
92 uma coisa que sempre se discutia com os outros Conselhos que estão mais antigos como  
93 o Micherlon e o Luis Eduardo, porque uma coisa que era necessário e que sempre  
94 brigavam por isso, finalizando disse que está aberto para ajudá-lo, a trilhar esta Instituição  
95 colocando-a no lugar onde eles sempre desejam. **O Conselheiro Cleudson** deu boa tarde  
96 e em nome do Senhor Presidente cumprimentou à todos, em seguida disse que foi  
97 contemplado na palavra da nobre Conselheira, mas embora ele achasse que, não há  
98 justificativa, mesmo não tendo desde dois mil e três para cá, um Conselho operante, não  
99 se justifica e que ele está para somar e espera que este patrimônio esteja e vai está em  
100 boas mãos. **O Conselheiro Arnaldo** cumprimentou à todos e disse que fica muito  
101 tranquilo em relação a atuação do conselho fiscal, porque, as pessoas que ele conhece e  
102 que estão participando, sendo empossados, são pessoas de uma conduta ilibada, ou seja,  
103 são pessoas sérias e ele tem certeza que vão poder desenvolver um trabalho de  
104 qualidade, apresentar bem não só o Estado, mas as suas categorias, agradeceu pela  
105 colocação. **O Conselheiro Wellington**, cumprimentando a todos, deu boa tarde ao  
106 Presidente e aos novos Conselheiros empossados, se referiu ao Conselho fiscal e disse  
107 que já teve a oportunidade e o prazer de trabalhar com a maioria dos conselheiros que  
108 hoje se empossam, como o Balieiro, Arionildo, Adilson, Cristina, Antonilda e "a Marinely  
109 não como", "mas como colega da contabilidade geral do Estado e os outros, nosso colega



110 aqui que já foi secretário de umas vezes tanto municipal", então, colocou que a posse do  
111 Conselho Fiscal, lhe dá tranqüilidade, de tudo que passa, de tudo que é aprovado,  
112 reportou que hoje estava dizendo, um conselho que não ganha nada é Conselho da  
113 AMPREV, mas a responsabilidade que eles têm em relação ao nosso patrimônio, é muito  
114 grande, porque qualquer aprovação, qualquer matéria previdenciária, se ela for contra  
115 qualquer legislação, eles podem responder futuramente, como ele viu muitos colegas seus  
116 responderem por questão de inobservância, não por questão de dúvida, mas por  
117 inobservância, então, o Conselho Fiscal vem dar tranqüilidade na questão da apreciação  
118 de todas as matéria que diz respeito, a finanças e a previdência do servidor e concluiu  
119 dizendo para os Conselheiros que se empossam hoje, parabenizando-os e que eles vão  
120 ter muito trabalho. **O Senhor Presidente perguntou** se havia mais algum conselheiro,  
121 algum representante do conselho que gostaria de se manifestar. **Conselheiro Fiscal,**  
122 **João Bittencourt, cumprimentando,** deu boa tarde ao Presidente e aos Conselheiros  
123 dizendo, que ele observou que as responsabilidades vai ser muito grande, até porque, tem  
124 esse passivo para analisar, essas contas, essas coisas que foram observadas no decorrer  
125 do evento e disse que a atuação do Conselho Fiscal vai ser dada da forma mais isenta  
126 possível e eles vão analisar dentro da legalidade e fazer a observação que for necessária  
127 dentro da legalidade, também porque cada um aqui vai assinar qualquer peça. Com  
128 relação a fiscal, com certeza tem a responsabilidade muito grande com o seu nome, então  
129 ele assina e também em particular disse que a atuação vai ser isenta e que eles vão no  
130 sentido de se observar o que precisa ser observado, não no sentido de confrontar e como  
131 proprietário também desse patrimônio que ele é funcionário do Estado, eles não querem  
132 fazer intriga, querem que a Instituição cresça, mas também não querem deixar rastro para  
133 que depois, eles têm um caso funil e a Justiça bata em suas portas para que possam  
134 responder ou então, terem seus bens penhorado ou indisponível por alguma atuação. Por  
135 fim, esta é a sua mensagem e acredita que é a postura dos outros colegas também, que  
136 estão assumindo e que foram escolhido com certeza, justamente com essa observação,  
137 com essa postura, vai ser a mesma, disse que gostaria de deixar e se colocou à  
138 disposição dizendo que vão ter realmente muito trabalho e vão precisar com a graça e com  
139 apoio integral da Instituição. **O Presidente declarou empossados todos os**  
140 **conselheiros,** formalizado nosso conselho fiscal, agora só trabalhar". **Continuando, o**  
141 **Presidente colocou** aos conselheiros que tomaram posse que estão dispensados, mas  
142 estão convidados a permanecer, a assistir a esta reunião, mas se algum conselheiro tiver  
143 algum motivo para se retirar, está dispensado, mas os convida a permanecerem no  
144 recinto. **Dando prosseguimento na pauta, temos o item seis, leitura, apreciação e**  
145 **aprovação das atas das reuniões, décima primeira, décima segunda, décima terceira**  
146 **e da sessão solene de posse do Conselho Estadual de Previdência para o Biênio**  
147 **dois mil e nove e dois mil e dez,** o Presidente fez um pequeno histórico que algumas  
148 atas na gestão passada foram apreciadas, mas não foram aprovadas na época que foram  
149 colocadas para o plenário e por isso, tivemos um acúmulo de atas, ou seja, quatro atas  
150 para serem aprovadas, estas atas já tinham sido revisadas, algumas feitas correções, mas  
151 mesmo assim tivemos que fazer correções em três atas, em algumas atas, por inserção de  
152 assuntos, palavras, falas e outras na parte de ortografia e quando foi encaminhado o edital  
153 de convocação, junto com o material, encaminhamos também todo o material que iríamos  
154 apreciar hoje, inclusive as atas e foi solicitado, que se tivesse alguma manifestação na ata,  
155 que fosse feita uma manifestação até o dia vinte e oito e recebemos apenas a  
156 manifestação da Conselheira Estela e por esta razão, perguntou para os demais  
157 Conselheiros se estavam de acordo com o teor das atas, como elas foram encaminhadas,  
158 se tem alguma observação, alguma correção para ser feita, para fazermos agora. **O**  
159 **Conselheiro Marlúcio pediu a palavra,** que gostaria de dizer para o Senhor Presidente,  
160 que foi um período muito curto para analisar estas atas e muito tempo se passou e em  
161 virtude dos outros itens da pauta serem mais importantes, ficou meio prejudicado a análise  
162 dessas atas, disse também, que teve três dias e que passou quatro dias trabalhando na  
163 Política de Investimento e para falar certo, ele não leu nenhuma dessas atas, por que  
164 estava mais empenhado na questão do Orçamento, disse que foi um tempo muito curto,



165 três dias , foi segunda, terça e quarta-feira, o encaminhamento dessa ata. O Conselheiro  
166 pediu que colocasse na próxima reunião, para que ele pudesse ler essas atas de novo.  
167 Presidente falou que iria colocar em votação, a proposta do Conselheiro Marlucio. **O**  
168 **Conselheiro Mário Gurtyev solicitou a palavra**, falou que leu todas as atas e percebeu  
169 vários erros, mas que não comprometem o texto, então achou que não há razão para  
170 mudar, pois não compromete o texto, continuado o Conselheiro, explicou que o erro de ata  
171 que se deve corrigir, é aquele que altera o sentido do texto. **O Conselheiro Dalton**  
172 **Martins solicitou a palavra** dizendo primeiramente boa tarde a todos os Conselheiros que  
173 estão se integrando agora e disse que é um prazer muito grande está dividindo esta  
174 responsabilidade e colocou que se neste assunto, se o Conselheiro que não se sentir a  
175 vontade, que ele se abstenha, para que eles não fiquem acumulando atas, visto que foram  
176 três dias e que se deu para avaliar dentro do que foi possível e que o Senhor Presidente  
177 leve à plenária para que eles possam aprovarem e votarem este assunto". **Presidente**  
178 **falou que** têm duas propostas, uma do conselheiro Marlúcio, que pede para que suspenda  
179 hoje a votação das atas para apreciação e votação e a outra é do Conselheiro Dalton, que  
180 pediu que, quem não estiver de acordo que se abstenha de votar. **Conselheira Estela,**  
181 **disse que** realmente leu as atas e verificou algumas ausências de fala, inclusive dela, só  
182 que, a gravação dos CD's, que acompanhou o material e na verdade, ela estava até  
183 falando com o técnico que, a gravação é de péssima qualidade, praticamente não se  
184 consegue ouvir realmente o que está ali, escuta-se uma frase, não se escuta outra. A  
185 Conselheira colocou que algumas pessoas que participaram dessas reuniões estavam  
186 ausentes, como o Monteiro e o Conselheiro Haroldo, ela acredita que também participou e  
187 acha que são mais ou menos essas pessoas poderiam de repente ter alguma coisa a  
188 considerar com relação as atas anteriores e se for o caso de adiar, para que eles possam  
189 também se manifestarem, embora estejam aqui seus suplentes, representando-os, mas  
190 que não participaram das discussões à época da reunião, de repente poderiam considerar  
191 isso. Mas por ela não tem problema, ela só pensa naqueles que participaram, vivenciaram  
192 aquele momento realmente e os posicionamentos colocados na época. **Conselheiro**  
193 **suplente Juliano**, explicou que em virtude da viagem do Conselheiro Monteiro ter ocorrida  
194 rápida, ele se quer teve acesso como suplente a este material, disse que teve  
195 conhecimento ontem e acesso hoje a essa pauta e no caso das atas, prefere que ele  
196 (Conselheiro Monteiro), que tem uma análise mais profunda e que participou das  
197 discussões aprove, mas que se pode colocar em votação. **Presidente colocou o seguinte**  
198 **que** na realidade que este material começou a ser entregue no sábado e a maior parte dos  
199 conselheiros, quase oitenta por cento dos conselheiros receberam este material e outros  
200 que nós não conseguimos entregar no sábado, entregamos na segunda-feira, mas  
201 inclusive o Conselheiro Marlúcio recebeu no sábado, então na realidade colocou isso, até  
202 porque não foram apenas três dias, alguns três dias, mas a maior parte dos conselheiros  
203 receberam no sábado, então teríamos cinco dias para análise. **Conselheiro Boucinha**  
204 **falou** que recebeu na terça-feira. **O Presidente explicou** que o material foi entregue antes  
205 para o titular, que não estava, mas foi entregue no seu local de trabalho ou na sua  
206 residência e era uma situação complicada, o no caso referindo-se ao Senhor Juliano, o  
207 Monteiro recebeu no Sábado e só ontem você tomou conhecimento por telefone, é uma  
208 situação que foge aqui. **O Conselheiro Cleudson do Nascimento**, falou ao Senhor  
209 Presidente que recebeu ontem(vinte e oito de janeiro de dois mil e nove), o material da  
210 reunião, e em virtude disso, ficaria complicado para ler todo o conteúdo e disse que crer  
211 que o conteúdo é de extrema importância e destacou que ele como suplente quer está  
212 tomando pé de todas as conversações, enfim, o Conselheiro ficou contemplado com o  
213 posicionamento do Conselheiro Marlúcio e que eles pudessem adiar para que todos  
214 possam fazer uma leitura e para quem não leu, ter oportunidade de fazer uma leitura. **O**  
215 **Conselheiro Presidente fez** uma colocação que, sempre que não houver todas as  
216 pessoas presentes que participaram das reuniões, eles sempre vão ficar adiando e sempre  
217 vai ter esse problema e se não tiver cem por cento das pessoas que estavam na reunião  
218 da ata que eles vão apreciar, eles sempre vão ficar postergando, mas foi colocado todas  
219 as posições e ele quer que seja decido assim de forma democrática. **O Conselheiro**



220 Dalton ressaltou que de outra forma presidente, quando o titular não vier e estiver  
221 representado pelo suplente, sempre vai haver uma justificativa para não se votar as  
222 matérias. **O Conselheiro Fernando Cezar colocou** que, das quatro atas enviadas, três  
223 referem-se a gestão passada, ela tem uma situação atípica neste de posicionamento de  
224 ver, três em uma, ele recebeu e disse que é difícil você olhar uma situação onde tem  
225 opinião de juízo pessoal sobre determinada matéria que você não consegue traduzir na  
226 sua essência, até pela falta de qualidade no material que foi encaminhado, então é uma  
227 questão de ser observado o número de pessoas, ele não tem como se posicionar em três,  
228 a não ser, se abstando deste posicionamento, ficando somente só nesta gestão, é uma  
229 questão de verificar qual é realmente a questão do conteúdo, no seu exemplo de ver como  
230 o colega que observou e viu situações que se inserem ou não, ou falta realmente  
231 colocações como no caso da Conselheira Estela, então seria uma situação de tempo e se  
232 rever com cautela principalmente das três anteriores com a questão de cuidado para que  
233 eles possam realmente ter a condição e não se sentir firme e simplesmente se abster e  
234 fazer uma aprovação de fato, não sabe se seria a melhor conduta no sentido que o  
235 Conselho queira dar seriedade ao trabalho. **O Conselheiro Presidente colocou** que  
236 estavam diante de várias propostas e ele lançou mais uma proposta em função das atas  
237 anteriores, propôs que pelo menos a ata da última reunião, onde a maior parte dos  
238 conselheiros estavam presente, fosse apreciada, até por que nesta ata da última reunião  
239 eles não tiveram nenhuma deliberação de matéria, foi aquela sessão solene que foi  
240 apenas a posse do Conselho, não sabe se juridicamente vão ter problema em aprovar uma  
241 ata posterior, quer dizer que esta situação, eles aprovam esta última reunião e deixar de  
242 apreciar as anteriores, sinceramente não sabe se vão ter problemas, mas é uma proposta  
243 que ele colocou e gostaria de ter a posição dos conselheiros, perguntou para os  
244 Conselheiros, se aceitariam esta proposta de fazer a apreciação da última ata. **O**  
245 **Conselheiro Mário Gurtyev, explicou que**, para melhor exame das outras atas na sua  
246 condição, não tem como fazer melhor exame, porque não participou, não sabe o que foi  
247 determinado e quem participou da última sessão, foi apenas a posse e discursos, pode  
248 ficar esperando pelas outras e ele acha que eles não têm que colocar os carros na frente  
249 do bois. **A Conselheira Estela fez intervenção**, dizendo que concorda com o Conselheiro  
250 Mário, acha que já poderia se marcar uma próxima reunião e que ficaria definido que as  
251 atas devem ser lidas pelos titulares e se for suplente já tem que ter esse compromisso com  
252 os Conselheiros, para que não fique para aprovar a última e ficar as outras três em aberto.  
253 **O Conselheiro Fernando Cezar fez intervenção, falando** ao Senhor Presidente, que ele  
254 aproveitaria a colocação da Conselheira Estela e fazer assim uma observação, dizendo  
255 que as convocações elas são por editais e são nominadas e que estamos abrindo esse  
256 espaço até por que faz duas gestões que estão se envolvendo e a partir do momento que  
257 a pessoa receba oficialmente dando seu conhecimento e se ele não vir à reunião, se não  
258 se fazer presente, se entende tacitamente, que ele concorda com aquilo que está expresso  
259 e que ele tiver a oportunidade de colocar, não sabe, disse que esse seria o seu  
260 encaminhamento. **O Conselheiro Mário Gurtyev, explicou** que as atas devem ser  
261 assinadas pelos presentes e que não deve ter nomes antes, porque, se a pessoa estiver  
262 ausente, vai ficar em branco. **O Conselheiro Arnaldo falou que**, o que lhe preocupa, vê  
263 nesta questão é abrir precedentes para outras situações que não tem nada a ver com a  
264 ata, por exemplo se o titular não está presente para deliberar a respeito de um assunto que  
265 ele participou do encaminhamento, já vai prejudicar o próprio andamento dos trabalhos, ele  
266 acha que é um risco que acaba comprometendo um pouco o resultado dos trabalhos do  
267 Conselho. **O Conselheiro Fernando Cezar intervém**, falando ao Senhor Presidente  
268 Sotão que, neste sentido de ver algumas situações, ele tem a experiência de ter passado  
269 no Conselho de transporte do município, onde eles colocaram que, inclusive a participação  
270 do suplente nas reuniões, podendo ter direito inclusive de voz, só não de voto, isso pode  
271 ser uma medida que venha a ser boa no sentido de fazer a condução de trabalho e ele  
272 pensa que a partir do momento que o titular não se faz presente e o suplente está, é esse  
273 o papel dele, ou seja, não pode ficar realmente adiando porque o titular não se faz  
274 presente, referiu-se ao Conselheiro Arnaldo, que inclusive já fez um comentário com o



275 Senhor Artur. **O Conselheiro Arnaldo** colocou que, imaginemos a situação de que outro  
276 titular não esteja presente na próxima reunião, aí vai acontecer de não aprovar a ata,  
277 porque o outro suplente que vai está aqui não tem conhecimento, ele acha que vai  
278 comprometer muito. **O Conselheiro Marlúcio continuou defendendo** a sua posição que  
279 na próxima reunião todos estarão presente como o Monteiro e disse que tem Conselheiros  
280 que nem foram reconduzidos, como por exemplo o representante dos servidores do TJAP  
281 e ele acha que na próxima reunião todos estarão presentes. **O Senhor Artur colocou,**  
282 então se houver a anuência do colegiado, podemos adotar esse procedimento, todas as  
283 atas serão apreciadas na próxima reunião, agora como os conselheiros já estão em poder  
284 da ata, então já na próxima reunião. **O Conselheiro Arnaldo fez** questão de ressaltar que  
285 com ou sem a presença do titulares, porque se não vai acontecer de outros titulares  
286 estarem ausentes. **A Conselheira Estela explicou** o motivo do porque da não apreciação  
287 e aprovação das atas anteriores, ela colocou o seguinte, tinha um compromisso da  
288 administração anterior, de encaminhar essas atas com antecedência, para que eles  
289 pudessem realmente analisar e aprovar, ocorria que, era compromisso também da  
290 Administração anterior, se fazer reuniões mês a mês e se for verificado, tem ata do mês de  
291 abril, tem ata do mês de julho e tem ata, que vai ter o presidente interino, então na  
292 verdade, foi uma falta de compromisso e de cumprimento das situações dentro da  
293 AMPREV e que ela tem certeza que na Presidência do Artur não vai acontecer. Acredita  
294 que deva se normalizar, mas por conta disso, as atas não iam e quando iam era muito em  
295 cima e quando se precisava do áudio, não ia, então, muitas coisas que eram discutidas e  
296 o lapso que ficava, acabava prejudicando toda uma aprovação da ata. Ela espera e tem  
297 certeza que isso não deva acontecer agora, e que sabe do trabalho, do compromisso do  
298 Arthur com a AMPREV para que não ocorra mais essa situação, que prejudica o trabalho  
299 do Conselho e o trabalho de todos, pois, eles têm outros compromissos, além desse a  
300 frente a AMPREV no conselho de administração. **O Conselheiro Marlúcio disse**  
301 completando a fala da Conselheira Estela, que o conselho terminou o seu mandato no dia  
302 dez de outubro e que passaram praticamente quase três meses sem conselho e que isso  
303 prejudicou os trabalhos por conta dessa má administração que se passou na AMPREV e  
304 disse que por conta disso, está prejudicado a aprovação desse orçamento, que era para  
305 ter sido aprovado em dezembro de dois mil e oito e a Assembléia Legislativa já votou o  
306 orçamento e nós não encaminhamos a nossa Proposta Orçamentária e por isso ficou  
307 prejudicado, mas que podemos corrigir isso ao longo do tempo. **ASSIM, O COLEGIADO**  
308 **DECIDIU QUE A APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS FICARIA PARA A PRÓXIMA**  
309 **REUNIÃO ORDINÁRIA.** Continuando a pauta, **o Senhor Presidente disse que queria**  
310 **fazer um acordo,** fazer uma proposta para os conselheiros, explicando o seguinte, na  
311 condução das discussões das rotações, enfim, a metodologia para que realmente eles  
312 façam e para que cada um defenda suas posições em auto nível e que eles realmente  
313 trabalhem respeitando a opinião de cada conselheiro e pode até não concordar, mas  
314 respeitando também a postura que eles devem manter no colegiado, onde eles sabem que  
315 todos aqui são pessoas que realmente tem um potencial muito grande para dá  
316 contribuição. **A sua proposta é a seguinte,** que cada assunto da pauta seja limitado um  
317 tempo para poder discutir e votar, para não ficar, aquelas reuniões prolongadíssimas,  
318 cansativas, até certo ponto improdutivas e já que “temos aqui quinze conselheiros hoje”,  
319 ele fez a proposta, “que cada assunto desse que tem aqui, eles terão o prazo de uma hora  
320 para discutir cada assunto desse, isso quer dizer que cada conselheiro vai ter direito a usar  
321 quatro minutos a palavra, para poder defender o seu ponto de vista”, considerando que  
322 todos os quinze realmente façam uso da palavra e que nem sempre acontece isso. **O**  
323 **Conselheiro Marlúcio solicitou uma questão de ordem** com relação a essa proposta  
324 orçamentária, ele não sabe se é o momento mais oportuno para que se lance uma  
325 proposta na questão do orçamento, a proposta é “se agente, prazo de cinco dias”, o  
326 conselheiro falou que recebeu no sábado e no domingo não tenho tempo para analisar o  
327 orçamento e analisando, ele lançou uma proposta de que esse orçamento seja  
328 contingenciado os cinquenta por cento e que se construa uma comissão juntamente com  
329 três conselheiros, com a equipe técnica da AMPREV, no prazo de sessenta dias e se faça



330 realmente uma proposta orçamentária para o exercício em 2009. **O Presidente agradeceu**  
331 **a intervenção**, continuando, dizendo que vai colocar para apreciação a proposta dele,  
332 mas, o que o Presidente gostaria de terminar é “que ele realmente, pretende limitar o  
333 tempo para discutir, dando direito a cada conselheiro, contemplar um tempo para expor os  
334 seus argumentos e depois a questão dos a parte, quer dizer que eles devem respeitar a  
335 palavra de quem está fazendo uso e vão ser interrompido sem que haja por parte de quem  
336 está usando a palavra a anuência para poder melhor, parte-se quem está usando a  
337 palavra deu a parte que se manifesta-se e não seja interrompido, porque todos vão ter a  
338 oportunidade de se manifestar” e também gostaria que, os conselheiros que tivesse  
339 interesse em se manifestar e que se fizesse a inscrição para cada um falar na ordem, “olha  
340 primeiro se inscreveu fulano”, está aqui nosso secretário, ele vai anotando e depois cada  
341 um naquela ordem se manifesta, uma proposta que ele, está fazendo, ele quer fazer um  
342 acordo tácito com os Senhores Conselheiros e ele gostaria de saber se existir a aprovação  
343 dessa proposta e quem estiver de acordo permaneça como está. **O CONSELHO**  
344 **APROVOU A PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE REFERENTE A METODOLOGIA**  
345 **DE CONDUÇÃO DURANTE AS REUNIÕES**, continuando o Senhor Presidente, acredita  
346 que realmente, vai seguir essa metodologia e disse já que todas as questões aqui, depois  
347 de discutidas, avaliadas, debatidas, elas todas serão decididas de forma democrática, ou  
348 seja, eles vão fazer a votação das matérias, qualquer proposta que se apresentar, vai ser  
349 colocada em votação, claro que a maioria vai decidir pela a aprovação ou pela rejeição de  
350 cada uma das propostas. **Dando prosseguimento, pela questão de ordem, o**  
351 **Presidente colocou em votação, a questão que foi levantado pelo conselheiro**  
352 **Marlúcio**, sobre a retirada de pauta, explicou que, não é nem a retirada de pauta é apenas  
353 o contingenciamento de Orçamento, mas o Presidente disse que queria fazer, antes deles  
354 entrarem nesse assunto, pediu para o Conselho uma inversão de pauta, entre o item oito  
355 que é a Política de Investimento e o item sete, baseado até na própria legislação que  
356 permiti, então reiterando, o Presidente disse que gostaria de fazer uma inversão na pauta,  
357 primeiro apreciar a Política de Investimento e que depois eles passariam para questão de  
358 orçamento, ele colocou em votação, para que os conselheiros que tiverem de acordo com  
359 essa inversão de pauta desses dois itens, que se manifeste, o Presidente perguntou quem  
360 estava de acordo que permanessem como estavam, **aprovado a inversão de pauta. O**  
361 **Presidente explicou o porquê** do interesse em fazer essa inversão da pauta, falou que  
362 este assunto é muito importante não só para AMPREV, mas para o próprio Estado, disse  
363 que temos um Certificado de Regularidade Previdenciária e que ele está com validade até  
364 dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e nove e a renovação desse certificado se dá só  
365 mediante da exigência de algumas situações cumpridas, inclusive onde a Política de  
366 Investimento tenha sido aprovado pelo Conselho, quer dizer de repente se o Conselho, por  
367 alguma razão não apreciar essa matéria hoje, ou antes, do dia vinte e dois, eles podem ser  
368 prejudicados com o fato desse Certificado e ele não prejudica apenas a AMPREV, ele  
369 prejudica o Estado como em todo, porque nenhum recurso chega ao Estado sem que este  
370 Certificado esteja na sua validade e como eles estão praticamente a vinte e três dias de  
371 vencer, temos que deliberar esse assunto, esta é a razão que ele pede para fazer essa  
372 inversão da pauta. **O Presidente fez um** comentário sobre a questão da Política, dizendo  
373 todos vocês receberam o caderno com a política, com uma proposta de Política de  
374 Investimento para o biênio dois mil e nove e dois e dez, que é justamente o período do  
375 mandato dos atuais conselheiros, essa política, ela foi formulada ano passado e teve  
376 vigência para o exercício de dois mil e oito, a estrutura praticamente da política se  
377 mantém, foram feito alguns ajustes e foram convidados as pessoas que participaram da  
378 elaboração dessa política ano passado, para preparar os ajustes para essa nova proposta  
379 que está sendo apresentada e participaram dois representantes do conselho e técnicos  
380 da Instituição e durante três ou quatro dias foram discutidas e debatidas e eles tiraram  
381 essa proposta, a qual está sendo encaminhada e todos receberam, não sabe se chegaram  
382 a ler, analisar, mas agora, dentro do que eles concessuaram, **o Presidente perguntou se**  
383 **tem algum conselheiro que queira usar a palavra e que faça a suas inscrições na ordem.**  
384 **Abrindo a inscrição temos. O Conselheiro Marlúcio colocou** que fez parte em 2008 do



385 comitê de Política de Investimento e ao longo desse ano, detectou vários entraves nessa  
386 política para que a AMPREV tivesse uma melhor rentabilidade e disse que aprendeu muito  
387 no mercado financeiro, teve em São Paulo, convidou determinadas Instituição financeiras à  
388 virem à AMPREV, apresentar seus produtos e a única Instituição que não veio durante  
389 todo esse tempo foi o BANCO DO BRASIL e que hoje se tem a maior parte do recursos,  
390 quase na totalidade de cinqüenta e oito por cento e o BANCO DO BRASIL nunca veio  
391 nesse período que eles o convocaram, sentiram algumas dificuldades e foram analisar que  
392 no decorrer do tempo, veio o gerente do banco, mas também essa questão ele não  
393 resolve, é mais pela BBDTVN e ele colocou para eles abertamente, não escondeu segredo  
394 de que o Estado tinha feito um acordo para que esse recurso igual aquele remendo da  
395 folha de pagamento, que esse recurso fosse direcionado quase sua totalidade de sessenta  
396 por cento para o Banco do Brasil e que eles podem ver que tem um montante de trezentos  
397 milhões no Banco do Brasil e se for analisado, verifica-se que estamos perdendo demais,  
398 temos aqui um produto que está dando cento e oito por cento na Caixa Econômica de CDI  
399 e no Banco do Brasil está dando noventa e oito por cento, portanto o Banco do Brasil tem  
400 uma maior quantidade de recursos, quase que sessenta por cento e a Caixa Econômica é  
401 um Banco oficial, todos os Bancos são oficiais, o que foi que aconteceu, eles elaboraram,  
402 foram convocados pelo Presidente para elaborar as alterações, ele e o Conselheiro  
403 Monteiro, fizeram uma proposta para alteração e depois entregaram ao Senhor Presidente  
404 e quando receberam a original não estava contemplado o que eles propuseram e ele está  
405 justamente aqui com as propostas para que seja alterada essa Política de Investimento  
406 que com certeza ela vai ser o melhor para AMPREV, porque ele sabe que a Instituição  
407 vive de rentabilidade, não adianta aqui eles dizerem que ela vive de outra coisa que é  
408 rentabilidade, eles têm que ter sim, Instituições financeiras que estejam dando uma melhor  
409 rentabilidade e por isso, por conta disso, eles sentaram e elaboraram essas alterações e  
410 que não foram tantas, foram apenas duas, em seguida ele leu para o Conselho, que no  
411 item quatro de gestão de recursos, eles colocaram assim e mudaram duas coisas no  
412 comitê, a composição do comitê e a questão dessa mudança, onde cada Instituição tem  
413 um percentual mínimo, o que aconteceu na **composição no Comitê de Investimento, ele**  
414 **colocou assim na proposta, "deverá ser composto por cinco membros o comitê**  
415 **assim distribuídos, um membro da diretoria executiva da AMPREV, um membro do**  
416 **quadro de servidores da AMPREV e três conselheiros escolhidos democraticamente**  
417 **na reunião do Conselho"**, essa é uma alteração que eles fizeram, ele e o conselheiro  
418 Monteiro e **no item de vedações**, eles colocaram, isso não está contemplado nessa  
419 política que foi encaminhado para eles e colocaram, **acrescentar o item sete, as**  
420 **aplicações em pelo menos uma Instituição financeira, não poderão ultrapassar um**  
421 **montante de trinta e cinco por cento dos recursos próprios da Previdência Social do**  
422 **Regime Próprio de Previdência, exceto quando a Instituição financeira apresentar**  
423 **produto com maior rentabilidade**, na verdade eles não querem tirar os recursos do  
424 Banco do Brasil, querem chamar o Banco do Brasil para que ele apresente seus produtos,  
425 porque nem sequer o Banco do Brasil, eles já convidaram por diversas vezes e nunca o  
426 Banco do Brasil veio, veio o gerente e nos colocou essa situação, é uma situação  
427 preocupante e por conta disso eles colocaram e **nas disposições condicionais**  
428 **transitórias**, que os recursos aplicados nas Instituições financeiras que ultrapasse o  
429 disposto no sub item sete que esse que ele leu, no item de vedações deverão ser  
430 recolocados paulatinamente para outras instituições financeiras, que apresentarem  
431 produtos similares devendo ocorrer no prazo de seis meses e está recolocação primará  
432 pelas orientações contidas na proposta de investimento emitida pelo comitê, essas duas  
433 alterações que eles fizeram e lançaram como propostas. **O Conselheiro Arnaldo**  
434 **referindo-se ao Presidente** disse que não sabe se seria o momento de comentar a  
435 respeito da proposta do nosso conselheiro Marlúcio, mas ele gostaria de opinar a respeito  
436 disso, acha que temos que acreditar, a conselheira Estela falou ainda agora, a seriedade  
437 do Presidente, o Conselho Fiscal está sendo empossado hoje, então, ele acha que eles  
438 tem uma grande oportunidade de permitir que a Instituição atue assim com liberdade para  
439 escolher qual a Instituição financeira que está dando o maior retorno, maior rentabilidade,



440 maior retorno, ele acha que eles não podem engessar a Instituição de forma que eles  
441 empecem por exemplo que o conselheiro, que aliás a AMPREV, venha fazer os  
442 investimento necessários e que momentaneamente possam ter a maior rentabilidade,  
443 maior retorno, ele acha que, se eles por exemplo limitarem essa possibilidade de  
444 investimentos da AMPREV, eles poderam está engessando, podem está comprometendo  
445 essa liberdade que a Instituição precisa ter para poder garantir o melhor para os seus  
446 segurados, essa é a sua opinião a respeito desse assunto, **agora ele tem uma dúvida**  
447 **para esclarecer em relação a esse item, nessa questão do Comitê de Investimento,**  
448 ele estava lendo e até pede desculpas, assim pelo desconhecimento do assunto, por está  
449 assumindo agora, mas, ele achou um pouco curioso o comitê ter por exemplo, a questão  
450 do pagamento do JETON, pleitear o pagamento do Jeton e o conselho não ter Jeton, não  
451 está aqui defendendo que o conselho ganhe Jeton, não, só acha que há um contra-censo,  
452 o Conselho não tem e o comitê subordinado ao Conselho, teria a garantia de um geton de  
453 quinze por cento da remuneração do Diretor Presidente, ele queria colocar esse assunto  
454 em discussão, não sabe se já foi deliberado a respeito disso, ele viu comentário na ata  
455 anterior, mas não houver aprovação, então esse é um questionamento que ele fez. **O**  
456 **Presidente Artur**, agradeceu a palavra, continuando, antes de prosseguir, falou o  
457 seguinte, sobre essa questão que o conselheiro Arnaldo apresentou, ele apenas, não  
458 apresentou proposta, só fez algumas, tirou dúvidas, mas temos hoje um parecer  
459 apresentado pela Procuradoria Jurídica da AMPREV, **um parecer** sobre a questão do  
460 pagamento dos jetons para o Comitê de Investimentos. O Presidente solicitou ao  
461 **Secretário do Conselho que distribuisse esse material**, esse parecer, para que  
462 realmente possam tomar algumas decisões até baseado numa situação de **manifestação**  
463 **jurídica**, que isso não quer dizer que seja cem por cento correto, porque sabem que as  
464 vezes muitas manifestações, elas são depois reformadas, prosseguindo, **a Conselheira**  
465 **Estela** falou com relação a Política de Investimento referindo-se ainda na gestão passada,  
466 disse que eles receberam dos membros do comitê, representantes dos servidores,  
467 assinadas pelo Marlúcio e pelo conselheiro Monteiro, uma tipo de denúncia, um relatório  
468 denunciando que as apreciações que eram feitas por esse comitê que é consultivo, não  
469 eram respeitados, pelo menos levados em consideração e muitas vezes passavam por  
470 cima, sequer passava a situação da Política de Investimento por esse comitê e já vinha só  
471 a resposta, então foi uma dificuldade que eles passaram, foi encaminhado isso aqui para o  
472 Conselho ainda na administração anterior e nenhuma manifestação até no momento foi  
473 colocado e que ela acredita que não vai mais acontecer isso. **Com relação a essa gestão**  
474 **de recursos que forma essa nova composição, a Conselheira sugere** que, de repente  
475 pode até ser que a proposta do Marlúcio no sentido dessa composição seja até melhor,  
476 mas, **teria como sugestão**, de que nesta situação aqui, em que coloca dois membros do  
477 quadro de servidores da AMPREV, que na verdade, eles sabem que não existi quadro  
478 efetivo da AMPREV, a maioria que aqui está é comissionado, e talvez, a proposta do  
479 Marlúcio fosse a melhor, mas continuando, foi colocado como paridade, dois membros do  
480 Conselho da Previdência, **sendo um representante patronal e um representante dos**  
481 **segurados, como sugestão, de repente**, poderia colocar como **uma válvula de escape**  
482 e não havendo interesse de nenhum representante patronal, ou, de repente não  
483 preenchesse os requisitos, porque tem toda uma característica de conhecimento de gestão  
484 de política e tem uns cursos que se deve fazer e tem todo um conhecimento nessa parte  
485 econômica e que essa vaga **possa sim ser preenchida por outro conselheiro, sendo**  
486 **ele representante, independentemente ou não do patronal, ou seja, pode ser**  
487 **preenchida por representante dos servidores**, se não houver nenhum do patronal  
488 interessado nessa condição; que não tendo interesse, porque é uma situação em que  
489 cobra a presença "stand by" para estar resolvendo essas questões dessa política, tem que  
490 está bastante inteirado, tem que estudar, tem que está antenado com essas questões de  
491 investimento do mercado financeiro, então, por isso ela coloca com sugestão. **A outra**  
492 **questão colocada pela Conselheira foi** a concentração maior na carteira do Banco do  
493 Brasil, disse que esse foi um dos itens que foi como denuncia, ainda na gestão anterior e  
494 realmente verifica-se que a rentabilidade que o Banco do Brasil, aporta para o recurso que



495 é maior, e não é o melhor, mas a Caixa Econômica tem produtos cujo o percentual é  
496 melhor, e acha que estão aqui para buscar o melhor investimento, o que deve ser buscado  
497 junto ao Banco do Brasil é que ele ofereça produtos melhores, porque ele está com a  
498 maior parte do bolo e sendo assim, se ele não tiver, vamos então repartir sim com aquela  
499 Instituição financeira que possa oferecer maior rentabilidade. Essa questão que foi  
500 colocado pelo conselheiro Arnaldo de engessar, realmente não deve, também concorda,  
501 mas tem que, sim haver essa válvula de escape no sentido que se busque a Instituição  
502 financeira que possa melhor remunerar os papéis dentro da portaria do Banco Central, que  
503 isso é tudo regulado pela portaria do Banco Central, risco baixo, risco médio, aquele risco  
504 mais avançado, cujo o risco é maior mesmo, então, a sua posição é neste sentido e  
505 realmente que se verifique e se busque, porque já se perdeu por conta da falta de  
506 cobrança de alugues de vários prédios da AMPREV, que não estão considerados aqui,  
507 **com relação as várias dívidas dos poderes** que ainda não vieram compor este bolo  
508 também, então, explicou a conselheira, tem toda uma questão que deve ser considerada  
509 também neste sentido e **com relação a essa questão do jeton**, a época realmente,  
510 votaram a questão do jeton para que os conselheiros que fossem participar, pudessem ser  
511 remunerados, não é bem remuneração é mais uma gratificação em razão de, mais um  
512 trabalho que o Conselheiro tem que dispor, no sentido de fazer essas análises; e o  
513 Conselho hoje, o CEP, não tem jeton, porque foi retirado politicamente em gestão anterior,  
514 quando se brigava com relação ao CAIS e politicamente para enfraquecer aqueles  
515 membros que brigavam, foi retirado, mas isso são águas passadas, não importa, ela só  
516 acha o seguinte, se está questão do jeton, não sabe qual é o teor do parecer, se não é  
517 legal, retira-se, mas deve se ver sim ou buscar até uma alteração na lei, para que haja  
518 uma remuneração, porque essas pessoas estão envolvidas com o coração da AMPREV e,  
519 não duvidamos de ninguém, porque todos até que se prove o contrário, são pessoas  
520 ilibadas e pessoas corretas, mas a tentação existi e de repente chegar perto dessa pessoa  
521 e fazer uma proposta para que de repente, causa um certo prejuízo para AMPREV, então,  
522 ela acha que é uma questão que deve ser pensada com carinho, porque essas pessoas  
523 que estão envolvidas e as demais que possam compor este comitê, elas vão se desdobrar,  
524 vão precisar de mais conhecimento, elas vão precisar estar de "stand by", para poder  
525 opinar, fazer uma análise de melhor aplicação, então a responsabilidade é grande, o risco  
526 é grande, por isso, ela entende que deve se pensar com carinho, se não for legal, que se  
527 busque então, que se torne legal. Presidente agradeceu a Conselheira pelo uso da  
528 palavra. **O Conselheiro Luiz Eduardo deu boa tarde, disse** em primeiro lugar, que  
529 queria colocar em relação a Política de Investimento, quando se falou de comitê, ficou  
530 naquela discussão se haveria ou não a necessidade da criação do comitê, eles fizeram um  
531 trabalho aqui na AMPREV, ele e o ex-conselheiro Marcelo e verificaram que na AMPREV  
532 possui um setor que é responsável por isso, se ele não se engana denomina-se Mercado  
533 Atuarial e que por sua surpresa, ele não estava atuante, ficou essa discussão, há ou não  
534 necessidade da criação do comitê se já existi um setor que deveria fazer esse serviço na  
535 AMPREV, então mediante a essa situação e outras também, eles observaram que deveria  
536 ser criado o comitê, para justamente tratar desses problemas que eles estavam  
537 vivenciando a muito tempo, a Conselheira Estela, Micherlon e ele que são os conselheiros  
538 mais antigos, observaram que o problema de investimento, já vem desde o inicio, já  
539 tiveram uma briga muito grande com o Banco do Brasil, ele tinha um contrato aqui com a  
540 AMPREV que era unilateral, uma ganhava em cima da AMPREV e muito, eles vinham a  
541 anos brigando, para que essa perda viesse a ser diminuída e conseguiram, os mais  
542 antigos sabem disso, então quando ele ver o conselheiro Marlúcio questionando esta  
543 Política de Investimento, ele verificou que foi um passo certo, porque, como ele falou não  
544 deveria ter o comitê, devido ter este setor aqui na AMPREV, mas como não estava atuante  
545 houve a necessidade de ser criar, então foi importante, porque justamente onde trata o  
546 dinheiro dos investimentos, então é um setor, um assunto que eles devem tratar com  
547 carinho e observar bem a questão de investimentos, outro ponto que ele ver também é a  
548 questão da composição, quando o conselheiro Marlúcio disse que deve ter um  
549 representante da diretoria, um representante dos funcionários administrativo, três



550 representante do conselho, justamente devido todos esses problemas que eles estão tendo  
551 ao longo dos anos, então que dizer, criaram uma certa descrenças, eles vem brigando a  
552 muito tempo contra essas irregularidades, então por enquanto eles estão com o pé atrás,  
553 agora ele acha que a coisa vai andar com a Presidência do Dr. Sotão, mas é nesse  
554 sentido, por isso ele acha que deve ter três representantes do Conselho, outra colocação  
555 também em relação a isso é que foi discriminada um representante patronal e um dos  
556 servidores, no seu entendimento e também foi colocado na última reunião pela Dra. Estela,  
557 que tem que acabar com isso, independentemente de patronal ou servidor, todos eles são  
558 aqui representantes dos funcionários do Estado, então é conselheiros, independente de  
559 ser patronal ou não. **Conselheiro Dalton Martins**, o seu entendimento é um tanto quanto  
560 diferente, por que ele acha se eles delegarem responsabilidade para que a suas  
561 responsabilidades vão para eles é muito perigoso, a medida que eles colocarem o comitê e  
562 esse comitê tiver autonomia de decisão com relação ao dinheiro, o que acontecer, com  
563 todos eles que são conselheiros, inclusive com seu patrimônio individual, então ele acha  
564 que o comitê não tem essa função de decidir, ele pode acompanhar, mas não de decisão,  
565 porque a decisão é muito problemática, você ter duas instituições como oficial por exemplo  
566 e uma outra que esteja dando o mesmo produto e aumento de dez centavos a mais e por  
567 algum envolvimento até emocional com algum desses bancos, você pode descarregar para  
568 esse, olha que aconteceu com o Banco Santos, se eles colocarem numa Instituição,  
569 depois que acontece algum problema quem responde, são eles, porque eles delegaram  
570 um comitê, então ele acha o comitê, não pode ter o poder de decisão nenhuma, porque na  
571 hora dele decidir, ele está decidindo por mim, pelo seu patrimônio e pelo patrimônio de  
572 todos, então esse é seu entendimento e acha que isso pode até fazer o comitê para que  
573 eles possam está acompanhando as decisões do Conselho, mas não com o autonomia de  
574 decisão para investimento do produto que é dinheiro que é muito problemático, eles  
575 colocarem na mão e assina com aquilo que ele está decidindo, esse é seu posicionamento  
576 e ele gostaria que fosse avaliado para todos os que estão aqui, porque é uma  
577 responsabilidade muito grande. O Conselheiro lembra que uma decisão que aconteceu no  
578 Conselho do SEBRAE, que foi tudo legal, mas que não estava na lei, hoje o seu amigo  
579 Jaime Nunes que é uma pessoa que ele tem como reputo, uma das pessoas que tem  
580 conhecimento muito grande nessa área e até hoje responde a mais de quinze anos por  
581 uma decisão que é de dois mil ou três mil reais, uma decisão muito do Conselho, então,  
582 ele acha que eles têm uma responsabilidade muito grande, que eles não podem delegar  
583 decisões de investimento, esse Comitê pode sim, vim ser constituído para que possa  
584 acompanhar as decisões que está acontecendo, mas a decisão tem que ser do Conselho,  
585 não do comitê, ele gostaria até de pedir desculpas, ele até foi indelicado com o Jaime, com  
586 este assunto que não tem nada a ver, mas é só para exemplificar. O segundo ponto é com  
587 relação a remuneração, explicou que eles não podem remunerar o Comitê, onde o próprio  
588 Conselho não é remunerado, o comitê onde conselho não é remunerado e outra coisa isso  
589 é regido por lei e foi aprovado na Assembléia Legislativa, **o Conselheiro Dalton Martins**  
590 **falou** que contra inclusive com o seu voto, acha que todo Conselho precisa ser  
591 remunerado até pela responsabilidade que tem, disse também, que todos os Conselhos  
592 são remunerados e esse não foi, porque devido a um problema que aconteceu interno aqui  
593 na AMPREV e foi para a Assembléia uma proposta para retirar o representante da  
594 Assembléia Legislativa e na justificativa para tirar o representante, dizia que era para  
595 diminuir custo, quando chegou lá, a comissão disse, já que é para diminuir custo, nós  
596 vamos incluir o representante da Assembléia Legislativa e vamos tirar todos os custos do  
597 Conselho, e foi isso que aconteceu, falta de habilidade do Presidente da época, para saber  
598 contornar que a Assembléia representa o povo e que o povo precisava ser representado  
599 neste Conselho, então foi só por uma habilidade do próprio Presidente da AMPREV que  
600 desconsiderou a parte de remuneração do próprio orçamento que no entendimento do  
601 Conselheiro pode-se fazer uma nova proposta e que seja encaminhado a Assembléia  
602 Legislativa através do Estado, mostrando exatamente que todos os Conselhos são  
603 remunerados, para que depois eles possam remunerar o Comitê, que não pode passar por  
604 cima do Conselho e que não pode ser remunerado neste momento agora. **Um terceiro**



605 **ponto é com relação à constituição do Comitê**, o Conselheiro ver o seguinte, um dos  
606 poderes membros da diretoria executiva seria aquela pessoa que certa, responsável e que  
607 está assinando em baixo pela AMPREV, por que tem dois, o Conselheiro defende essa  
608 proposta, não que seja a favor ou contra, mas porque essas pessoas que estão aqui como  
609 membro da AMPREV, essas pessoas já estão a mais de dez anos fazendo cursos e  
610 investimentos que a AMPREV já gastou se duvidar mais de cem mil em cada cabeça  
611 dessa daqui. **Continuando disse**, vai lhe colocar por exemplo o Dr. Mário e ele que é  
612 médico ou o Marlúcio que é servidor para eles discutirem uma coisa que tem que ter  
613 conhecimento muito amplo, então eles têm que terem no Conselho, pessoas que tenham  
614 formação para que possam subsidiar membros do Conselho que não tenham formação  
615 tão efetiva neste assunto. Então o Conselheiro concorda que um do Executivo da  
616 AMPREV, dois que se envolvam a mais de anos, que tem concurso e tem curso e que tem  
617 a formação no sentido e como o nosso Conselho é heterogêneo e tem uma formação  
618 patronal e colaboradores, ele acha que tem que ser constituído por um patronal e  
619 colaboradores que são nossos servidores pela própria constituição e pela formação do  
620 Conselho e esse seria **o seu posicionamento com relação a esses três itens, primeiro**  
621 **ele não concorda que possa se dar autonomia para deliberação de Comitê com**  
622 **relação a investimento** e que possa acompanhar só uma decisão do Conselho.  
623 **Segundo, não se pode remunerar o Comitê**, se o Conselho não é remunerado e para  
624 isso precisa-se de Lei. **E por terceiro**, que a constituição do Comitê que seja como essa  
625 proposta e esse é o seu ponto de vista, encerrando falou muito obrigado. **Seguindo a**  
626 **inscrição com a palavra o Conselheiro Fernando Cezar**, disse que seguindo aqui uma  
627 colocação, acha que, o primeiro Conselheiro a falar, foi o Conselheiro Arnaldo, diante disso  
628 o Conselheiro reportou que o Senhor Arnaldo falou na questão de engessar administração,  
629 na questão da escolha, seguindo ele recorreu a Lei, o artigo 103 que coloca, "compete ao  
630 Conselho Estadual de Previdência estabelecer as diretrizes gerais e apreciar as decisões  
631 políticas aplicadas ao regime próprio e também apreciar e aprovar, observando a  
632 legislação de regência as diretrizes e regras relativas à aplicação de recursos econômicos  
633 financeiros do Regime Próprio", portanto é competência do Conselho se manifestar de  
634 igual forma está defendido no artigo três e no inciso dois, definir as diretrizes e regras,  
635 aplicações de recursos financeiros novamente, e nove, deliberar sobre os procedimentos  
636 gerais sobre normas para aplicação de recursos no mercado financeiro. Então, não é uma  
637 questão de engessar, é uma questão de competência e é esse seu entendimento  
638 submetido à aplicação e o que ele leu também na proposta encaminhada, "só  
639 acompanhando o posicionamento do Conselheiro Dalton" que o papel do Comitê, segundo  
640 ele, é na realidade de assessorar o Conselho, assessorar o Diretor Presidente,  
641 recomendar as oportunidades de investimentos e daí está se dando competência a ele  
642 neste sentido, pelos menos é o que está colocado como sugestão no critério à paridade  
643 aqui que foi apresentado não tem uma referência a questão da legislação de sua forma e  
644 tudo mais, **continuando disse** que acompanha o posicionamento da Conselheira Estela,  
645 naquilo que diz, cabe uma preocupação de dizer se a AMPREV não tem o seu quadro  
646 próprio e se são meramente comissionados, "que sá o Estado já tem investido, o próprio  
647 Instituto investido na capacitação dessa pessoa, ele está aqui para assessorar" e o que lhe  
648 preocupa "é o compromisso principal naquele sentido que ele está, nós poderíamos até  
649 pensar em recomendar se dentre aqueles que o fazem, colocando preferencialmente  
650 dentre aqueles que possam está com vinculo ao Estado, ou seja ser servidor do Estado e  
651 é uma questão de se observar o sentido dessa recomendação, como também ele não viu e  
652 é uma questão preocupante, apesar de, a legislação assim fazer, que os representantes  
653 são patronal e segurados, quando assentados aqui são conselheiros no Conselho  
654 Estadual de Previdência, eles estão aqui para acompanhar e dar o melhor destino a esse  
655 patrimônio que aqui está, então é um critério de escolha e se houve a situação de  
656 demanda as próprias organizações aos próprios grupos vão se articular acredita que aqui  
657 dentro, então só um mero detalhe, um mero formalismo neste sentido de ver, são esses  
658 seus posicionamentos Senhor Presidente. **O Conselheiro Cleydson**, falou que deu para  
659 entender bem o posicionamento do Conselheiro Marlúcio e a preocupação do Conselheiro



660 Dalton, quando diz que eles serão responsáveis, então também está contemplado com  
661 essa participação do Conselheiro Dalton e com certeza esse comitê vai dar subsídios,  
662 então é que vai está mostrando todo o caminho e é ai que eles vão está simplesmente  
663 assinando, analisar o que este comitê vai está repassando e eles assinaram em baixo. A  
664 questão de outro ponto que foi colocado, a única proposta que ele entendeu foi a proposta  
665 do Marlúcio, na questão da Política de Investimento, só ficou com uma, fez uma exposição,  
666 ficou com uma proposta agora e depois, ele passou para aquele ponto, Banco do Brasil,  
667 que várias vezes foi chamado e até agora não se posicionou e já queria deixar para o  
668 Presidente por gentileza, que eles tirassem encaminhamento e solicitação para que o  
669 Banco do Brasil estivesse presente, tirar ele não sabe, ficaria a critério para que ele  
670 pudesse explicar seus produtos, para que eles pudessem entender melhor e que ficou  
671 claro que eles estão perdendo dinheiro no Banco do Brasil e ao passo que eles teriam  
672 ganhado dinheiro na caixa econômica federal, a questão de falar, se o banco seja oficial ou  
673 não, isso requer um entendimento muito firme e o que hoje eles estão vendo é que todos  
674 os Bancos são oficiais, porque para se movimentarem, para terem movimentação  
675 bancária, todos são oficiais, agora ninguém está imune a crise, todos correm o risco sim,  
676 mas eles têm a caixa econômica que já tem um investimento, dentro desse seu  
677 posicionamento, ele gostaria de contemplar a situação que dar para casar legal com o  
678 Conselheiro Dalton e com o Marlúcio. **O Conselheiro Welington queria** fazer dois  
679 posicionamentos, um que é na fala do Conselheiro Marlúcio quando falou que as contas da  
680 AMPREV estavam vinculadas ao acordo que o Estado fez ao Banco do Brasil, do que se  
681 refere as suas contas, ele não vendeu a folha de pagamento, ele fez acordo com suas  
682 contas, muito colocado aí, que o Estado vendeu a Folha de Pagamento, isso é mero  
683 comentário, um outro que ele concorda com a posição do Conselheiro Dalton quando ele  
684 fala na questão da nossa responsabilidade em relação a Política de Investimento, esse  
685 trabalho é uma ação executiva, ele é especialista de mercado de capitais, que coisa que  
686 eles não são e para eles serem, tem que passar a ralar, alguns anos no mercado de  
687 capitais e para aplicações, hoje o que acontece no mundo, eles têm que imaginar duas  
688 situações, segurança e rentabilidade, o que você quer mais, maior rentabilidade e menor  
689 segurança, maior segurança e menor rentabilidade e eles têm que escolher esta ação,  
690 porque eles querem mais, ou seja, mais rendimento e menos segurança, quebra o Banco  
691 quebra a carteira de ação, o nosso dinheiro de previdência vai embora, o que acontece  
692 com muita coisa, com relação ao Banco BONSUCESSO, a própria AMPREV, ele acha que  
693 já perdeu dinheiro em decorrência da quebra de bancos, então eles têm que imaginar isso,  
694 ele sabe que o companheiro, estudou muito o mercado de capitais e ele gostaria de  
695 aprender um pouquinho, só não tenho o dinheiro para aplicar, mas gostaria de aprender  
696 bem mais e ele acha que é um risco muito grande, eles estão na decisão executiva da  
697 aplicação desse grande montante que é o patrimônio do servidor, ele fica preocupado  
698 quando está decidindo com vocês uma aplicação que pode gerar um problema, tanto com  
699 o patrimônio do servidor, quanto o seu patrimônio, ele gostaria sim, que eles repensassem,  
700 se as suas decisões vão continuar com a forma que o Conselho de Investimento está  
701 atuando ou se vão mudar os seus posicionamentos, então é o caso de se pensar é o que  
702 ele se preocupa muito em relação a isso. **Continuando o Conselheiro Micherlon,**  
703 cumprimentou o Senhor Presidente e aos demais conselheiros, na verdade a preocupação  
704 aqui na Política de Investimento é todos e só aqui aproveitando referindo-se o que falou o  
705 Conselheiro Welington, realmente até que ponto eles vão deliberar uma situação dessa,  
706 que pede extrema competência de uma pessoa técnica, com a ajuda do comitê é  
707 favorável, ele quer dizer o comitê não vai deliberar algumas situações, quem vai deliberar  
708 é o Conselho, ele vai dar uma forma de assessora, outra situação, que o companheiro  
709 colocou aqui, quando ele fez o levantamento da própria instituição tinha o Órgão  
710 competente, mas não estava atuante, ele pergunta ao Senhor Presidente, até quando eles  
711 vão ficar investindo em pessoas que não são do quadro da AMPREV, até quando, é uma  
712 pergunta que fica, que sempre eles questionaram, o concurso público, imediato para a  
713 nossa Instituição, para capacitar pessoas efetivas, não pessoas comissionadas, pessoas  
714 que amanhã ao seu ver não estarão aqui, mas foi investido, o companheiro chegou a dizer



715 de mais de cem mil de investimento jogado fora, então a preocupação com o comitê, é só  
716 a paridade e verificar a situação, eles têm pessoas dentro do Conselho capacitadas para  
717 fazerem parte, mas o investimento dessas pessoas, cabe mandar e trazer Instituição para  
718 administrar, eles tiveram recentemente o companheiro França, que aqui colocou, é  
719 algumas situações em termo de aplicações, temos companheiros nossos que ficaram  
720 surpresos com a perda que eles tiveram agora com relação a bolsa de valores, o  
721 companheiro Welington colocou agora, por sinal a nossa preocupação deu pouca  
722 rentabilidade, mas deu uma segurança favorável, mas ai nossa AMPREV, que eles estão  
723 tentando capitalizar recursos, até que ponto eles vão manter recurso nível elevado numa  
724 instituição que eles vão ficar com medo do mercado, entendeu, então eles fizeram um  
725 apelo, conseguiram trazer na época, o Banco do Brasil, quando ameaçaram tirar alguns  
726 recursos, eles vieram e deram incentivo, mostrando o produto, porque eles agora não  
727 fazem a mesma coisa é um alerta que ele deixa a todos os Senhores. **O Conselheiro**  
728 **Presidente** observou as manifestações feitas por vários conselheiros e que não havia  
729 mais nenhum para fazer uso da palavra neste item da pauta e antes de entrar na  
730 deliberação, lhe parece que no documento **da proposta há divergência em três pontos,**  
731 **onde tem a proposta do Conselheiro Marlúcio, bem como a proposta da Conselheira**  
732 **Estela e do Conselheiro Dalton,** então encaminhou para votação, esses três pontos,  
733 votar um por um, perguntou para os Conselheiros se eles concordavam. **O Conselheiro**  
734 **Marlúcio fez uma intervenção** ao Senhor Presidente dizendo queria fazer uma defesa da  
735 sua proposta, explicar onde está inserido o comitê, o comitê está inserido na Política de  
736 Investimento, o comitê não tem o poder de decisão, ele tem o poder de aconselhamento,  
737 orientação e cabe a decisão ao Presidente da AMPREV, a diretoria executiva e só queria  
738 fazer está orientação e quanto a questão de se pensar da questão de segurança, ela existi,  
739 porque eles são regidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional, a Resolução  
740 três, cinco, zero, meia, essa que dá segurança, com relação a questão do Banco oficial,  
741 eles têm recursos, a caixa, não é questão de tirar o Banco do Brasil e sim que ele se  
742 apresente bom produtos, para que ele apresente bom produto, eles têm que botar na  
743 nossa política de Investimento que se limite um valor, porque se não, a própria caixa  
744 econômica é oficial, está vendo que a disparidade de um montante de um banco oficial e  
745 um montante de banco também oficial, ele acha que todos os bancos são oficiais, mas se  
746 quer se tratar de um banco do governo eles têm dois, que é a caixa econômica e o Banco  
747 do Brasil, quanto que a segurança ela é segurada pela resolução três, cinco, zero, meia no  
748 conselho monetário nacional, se o nosso recurso está garantido, ele queria colocar a vocês  
749 essa questão não é querer ir tirar o Banco do Brasil, sim o Banco do Brasil procurar  
750 mostrar igual a caixa econômica que apresentou um produto que está dando cento e oito  
751 por cento de CDI e o Banco do Brasil está dando noventa e oito por cento, não é a  
752 questão de se tirar recursos do Banco do Brasil e sim que ele apresente o produto, para  
753 isso eles têm que adotar um política que force o Banco do Brasil vim até eles, porque ele  
754 não vem, está lá com sessenta por cento do recurso da AMPREV e não vem, eles são  
755 dono do dinheiro e não tem o poder de chamar o Banco do Brasil para que eles possam  
756 discutir, com relação a questão dos três membros do conselho, ele acha que as pessoas  
757 mais indicadas para defender o patrimônio da AMPREV são os conselheiros, eles que  
758 estão aqui, principalmente esta escolha que se desse aqui, o Conselho é composto da  
759 patronal e servidor, isso independentemente que seja, desde que a pessoa queira  
760 realmente se engajar e buscar uma melhor rentabilidade para AMPREV, um melhor  
761 caminho para AMPREV, essa é a questão da proposta, obrigado. **O Conselheiro Dalton**  
762 **Martins argüiu** que tem algumas coisas que ainda, ele não conseguiu chegar ao  
763 entendimento, colocou que **a conselheira Doutora Estela,** falou que o comitê está desde  
764 do ano passado e não se está levando em consideração, **o Marlúcio diz que o comitê é**  
765 **só para orientar,** mas a decisão é do presidente. **A Conselheira Estela fez** uma  
766 intervenção, dizendo que ela falou que o Comitê é consultivo e não deliberativo.  
767 Continuando o Senhor Dalton, falou, ou seja, ele é consultivo e que o Presidente consulta,  
768 mas a decisão é sua e se ele não quiser levar em consideração, eles não podem reclamar,  
769 então, ou eles dão autonomia ao comitê ou então o comitê no seu entendimento não teria



770 a funcionabilidade para que pudesse está acompanhando e decidindo, porque ele acha  
771 assim, na medida que eles querem formar o comitê, mas eles dizem assim, mas o  
772 dinheiro na AMPREV está seguro, porque tem um comitê que são conselheiros daqui que  
773 estão lá e estão tomando conta disso, a medida que o Presidente não leve em  
774 consideração as diretriz e as orientações e a consultoria do comitê, eles vão reclamar que  
775 os conselheiros não estão sendo ouvidos, a medida que o Presidente tomar a decisão, que  
776 também foi compartilhada pelo comitê e se der uma coisa errada, eles todos responderão  
777 por isso, então ele acha que temos que ter uma tranqüilidade muito grande em relação a  
778 implantação desse comitê, ele acha que eles deveriam ter aqui uma vez por mês, discutir,  
779 trazer instituições, conversar com instituições e está deliberando e está passando isso para  
780 o Presidente tomar a decisão com relação a diretrizes, o comitê ou pelo comitê, ele acha  
781 que é muito temerável, ele é ainda muito cético, porque inclusive ainda ele pode ficar  
782 inelegível pelo uma decisão pelo comitê, como uma qualquer outra pessoa aqui e que  
783 esteja nessa situação pode ficar inelegível pela uma decisão do comitê, não é por medo,  
784 ele acha que é só por precaução que eles tem que levar em consideração isso tudo,  
785 formar o comitê para ser consultivo e depois o presidente ter toda autonomia para fazer ou  
786 não pelo que está sendo consultivo sobre o comitê é burocracia pode-se até ser  
787 redundante, mas ele acha que é muita burocracia para que eles possam fazer, **com**  
788 **relação já o Banco do Brasil**, ele ver que o Banco do Brasil está muito acomodado,  
789 porque eles nunca chegaram lá para cutucar o Banco do Brasil, o Banco do Brasil quando  
790 eles começaram a reclamar na Assembléia Legislativa que eles investiam muito pouco e  
791 era a Instituição do País todo, que tinha mais rendimento, era no Estado do Amapá, eles  
792 começaram ajudar a feira, começaram a ajudar a feira agropecuária lá no Amapá,  
793 começaram a se integrar dentro as sociedade trazendo benefícios sociais, o que ele acha,  
794 mesmo ele dando o maior rendimento, ele tem condição pelo rendimento que ele tem,  
795 pelas contas da AMPREV, de trazer benefícios sociais para o próprio servidor, é o ônibus,  
796 é o odontológico, é alguma coisa que ele possa promover, porque isso se faz em outro  
797 Estado e aqui não está se fazendo aqui em Macapá, esse é o seu posicionamento, com  
798 relação a constituição do comitê ele continua apostando que essa da AMPREV, essa  
799 proposta da AMPREV, seja a melhor proposta para constituição se vier ter, porque ele é  
800 contra nessa situação ter o comitê de investimento, delegando autonomia mesmo que não  
801 esteja escrito, mas que está delegando de alguma forma, ele fica tranqüilo pelo comitê e  
802 ele não vai querer saber porque o comitê é responsável por isso que no final, ele acaba  
803 respondendo por tudo que está sendo feito pelo comitê, portanto ele gostaria de fosse  
804 avaliado essa situação. **A Conselheira Estela explicou** o seguinte, que na verdade a  
805 nossa responsabilidade não é só em relação à aplicação de investimento, a nossa  
806 responsabilidade é solidária, está na lei, ela acha que o Senhor(Conselheiro Dalton) fez  
807 parte da criação dessa lei, inclusive das situações dos imóveis que estão cedidos,  
808 alugados pelo Governo, que há mais de dez anos que não se recebe um tostão, a má  
809 gestão que foi desde os últimos dois ou três presidentes que aqui passaram, a questão de  
810 colocar o comitê ou deixar uma única pessoa responsável por este investimento, eles  
811 tiveram prejuízos, se você for pegar relatórios das aplicações do ano de dois mil e oito,  
812 você vai ver que a administração anterior e por decisão única, retirou investimento que  
813 tinha prazo certo para ter um certo rendimento e que o prejuízo da AMPREV foi de quase  
814 um milhão de reais. Continuando, a **Conselheira Estela falou** que acredita que a  
815 resolução do Banco Central, quando veio, colocando essa sugestão da criação do comitê,  
816 foi para dar maior transparência, para que possa, como está dito, ele assessora, ele ajuda  
817 o Presidente no sentido de analisar qual é o melhor mercado e dizer que eles não estão  
818 totalmente preparados, ela até concorda, mas eles têm que buscar isso, eles é que são os  
819 detentores deste patrimônio e não o Governo A, B ou C, e se eles não buscarem ter  
820 conhecimento, inclusive para isso a legislação vem dizendo, há necessidade de capacitar  
821 essas pessoas e porque o melhor a ser capacitado não são, as pessoas que fazem parte  
822 deste Conselho? não é verdade?. Então ela não ver com maus olhos, a criação deste  
823 comitê que já foi instituído, ele está criado. Se vai mudar a composição, vai se aprovar,  
824 muda-se a composição, mas ele é consultivo e dar diretrizes sim, para que a coisa seja



825 melhor feita e aí a responsabilidade, se o comitê vai mostrar o cenário para que seja feito  
826 uma melhor aplicação e o Presidente resolve diferentemente, quem é responsável por  
827 isso, ela, o Senhor, não é o Diretor Presidente e ele deve responder, inclusive fora do  
828 cargo e outra coisa, todos os Bancos são oficiais, eles para funcionarem têm que ser  
829 oficiais, a diferença é Banco Público e Banco não Público, ela acha que tem que se buscar  
830 sim, o Banco do Brasil para que ele possa mostrar o melhor produto, sob pena de eles  
831 buscarem em outro Banco, porque são vários que eles podem ver aí, porque são quinze  
832 ou mais Bancos que tem aplicação da AMPREV, com segurança, com certeza, mas tem  
833 que buscar e eles não podem ficar de braços cruzados e aceitar todo tempo o Banco do  
834 Brasil ficar com o maior montante, ninguém está dizendo que eles têm que excluir o Banco  
835 do Brasil, disso não, mas vamos repartir o bolo, ou ele remunera melhor, ou ele vai perder  
836 parte desse bolo. O Senhor Presidente agradeceu a fala da conselheira. **O Conselheiro**  
837 **Marlúcio falou** que inclusive teve decisões do comitê, que eles tiveram e apresentaram ao  
838 Presidente que foram melhores e aconselharam a ele(o presidente) aplicar determinado  
839 investimento, e ele não aplicou e deu prejuízo. **Conselheiro Presidente fez**  
840 **encaminhamento** desses três pontos da Política de Investimento, esclareceu com relação  
841 ao item do percentual de aplicação, realmente foi colocado a proposta e por uma  
842 deliberação do presidente, ele retirou e por isso não aparece no material, agora, porque a  
843 proposta, ela dava o teto de trinta e cinco por cento para aplicação em uma instituição  
844 financeira e ele não está falando de uma instituição A ou B ou C, agora ele retirou, porque,  
845 o raciocínio foi o seguinte, você está com o recurso aplicado em uma Instituição que tem  
846 cinquenta por cento de seu recurso, esta é a Instituição que está melhor remunerado, pela  
847 imposição deste limite, agente vai tirar este quinze por cento, para ficar só nos trinta e  
848 cinco por cento e deixar este outro quinze por cento em outra instituição que não esteja  
849 oferecendo, então a razão da retirada dessas propostas que foram feitas dos trinta e cinco  
850 por cento, foi justamente dentro desse raciocínio, agora ele quero dizer para vocês  
851 Conselheiros, ele não tem, essa atual Diretoria, o compromisso deixar o recurso em uma  
852 Instituição que não esteja melhor remunerando, agora eles vão colocar independente de,  
853 trinta e seis, trinta e sete, quarenta, quarenta e um e vinte e oito, quer dizer, sem realmente  
854 estabelecer um limite sobre pena da gente ficar tendo algum tipo de prejuízo, essa é a sua  
855 proposta. **Dando encaminhamento para as votações, ele colocou primeiro, o Comitê**  
856 **de Investimento**, a proposta apresentada é que são cinco membros, sendo um membro  
857 da Diretoria Executiva da AMPREV, dois membros do quadro de servidores da AMPREV e  
858 dois membros do Conselho Estadual da AMPREV, sendo um da patronal e um segurados,  
859 **o Conselheiro Marlúcio fez uma outra proposta**, de que continue com cinco membros,  
860 sendo que seja três, composto membros do Conselho e dois membros representantes do  
861 segurados, então vamos fazer esta votação, quem está de acordo com a proposta que  
862 está no documento de cinco membros, sendo um da Diretoria Executiva, dois do quadro de  
863 servidores da AMPREV e dois do Conselho, sendo um dos segurados e um do patronal,  
864 quem está de acordo com esta proposta que levante a mão, para agente saber quem são  
865 os Conselheiros que realmente estão de acordo, **o resultado da votação foi a seguinte,**  
866 **seis Conselheiros estão de acordo com a proposta do material**, em seguida o  
867 Presidente perguntou quem estava de acordo com a proposta do Conselheiro Marlúcio,  
868 que levantasse a mão, **o resultado foi o seguinte, oito conselheiros estão de acordo**  
869 **com a proposta do Conselheiro Marlúcio**, então haverá uma modificação na  
870 **composição do Conselho, o COLEGIADO DECIDIU QUE CONTINUARIA COM OS**  
871 **CINCO MEMBROS, SENDO ENTÃO, TRÊS CONSELHEIROS E DOIS SERVIDORES DA**  
872 **AMPREV**, naquele momento o Presidente pediu que fosse providenciado a mudança do  
873 **texto**, porque precisa-se **encaminhar** essa política para o **Ministério da Previdência**. **O**  
874 **Conselheiro Dalton intervém dizendo**, a votação seria qualquer membro do Conselho. **O**  
875 **Conselheiro Marlúcio**, escolhido dentro do Conselho. **O Conselheiro Artur falou** na  
876 questão da capacitação, colocou o seguinte, no ano passado quando não tinha ainda o  
877 Comitê, eles não tinham assim também ninguém com essa capacitação para exercer esta  
878 função e ao longo do ano foram treinados vários servidores e Conselheiros para  
879 adquirirem conhecimento sobre essa área, então eles **teriam que ter três representantes**



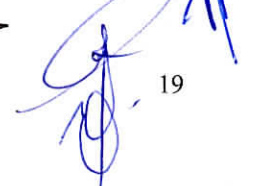
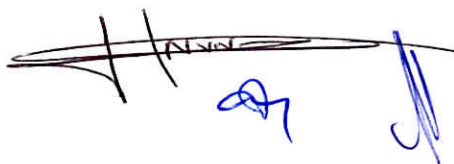

880 **do Conselho e dois representantes da Instituição**, agora quem seria, isso será um  
881 segundo passo, para ver qual seria a representação do Conselho e da AMPREV, então  
882 ficou decidido que a composição ficaria para a próxima reunião. **Ficou definido que a**  
883 **composição ficaria para a próxima reunião.** O segundo ponto é o pagamento de Jetons,  
884 então foi colocado aqui, que várias pessoas se manifestaram, eles têm **duas posições, ou**  
885 **remunerar ou não remunerar**, então vamos colocar em votação, quem acha que não  
886 deve ser remunerado. **O Conselheiro Dalton falou**, se me permite, sobre a questão da  
887 legalidade, não adianta aprovar uma coisa que não está na Lei, que vai dar impedimento lá  
888 na frente. **O Conselheiro acha** que deveria, primeiro ajustar isso na Assembléia, com  
889 relação ao Conselho, para que depois eles pudessem remunerar o Comitê. **O Conselheiro**  
890 **Arnaldo solicitou** uma questão de ordem falando sobre o entendimento da Assessoria  
891 Jurídica, trazido para o plenário. **O Senhor Artur falou** que pelo entendimento da  
892 Assessoria Jurídica, ela é contrária a remuneração do comitê. **O Conselheiro Fernando**  
893 **Cezar também colocou** que há uma manifestação pela própria Assessoria Jurídica da  
894 Instituição. **O Presidente falou que nada impede**, que futuramente o comitê venha ser  
895 remunerado, **então ficou deliberado que sairia a questão da remuneração, o**  
896 **Presidente perguntou se todos estavam de acordo.** **O Conselheiro Micherlon**  
897 **colocou dizendo**, Senhor Presidente sai, mas com encaminhamento do Executivo para a  
898 Assembléia. **O Conselheiro Dalton** referindo-se ao Presidente, falou que primeiro temos  
899 que restabelecer a remuneração do Conselho e do Comitê. **O Senhor Presidente** falou  
900 que a proposta seria essa, uma alteração na Lei, para voltar a remuneração dos  
901 Conselheiros do Conselho fiscal, do Conselho Previdenciário e do Comitê de  
902 Investimentos, ou seja, dos componentes do comitê. **Conselheiro Arnaldo argüiu**,  
903 dizendo que o fato de já está remunerado pela participação no Conselho Estadual de  
904 Previdência e o Conselho se fazer representar no Comitê, ele acha que seria o suficiente.  
905 **Continuando a Conselheira Estela falou** que de repente pode ser diferenciado para  
906 aquele que fizer parte do comitê, para ter uma remuneração com percentual. **O terceiro**  
907 **ponto colocado pelo presidente foi o do limite** colocado para as aplicações, então eles  
908 não colocaram aqui, a proposta nossa é essa aqui, o Conselheiro Marlúcio, propõe, um  
909 teto de trinta e cinco por cento para aplicações em uma única Instituição Financeira, então  
910 ele quer colocar para votação e se realmente, eles mantem o teto de trinta e cinco por  
911 cento, que é a proposta do Conselheiro Marlúcio ou se eles aprovam como está no  
912 documento. **Dalton Martins falou** que a única observação bem prudente é a que o  
913 presidente falou, se estiver uma Instituição que tenha rendendo mais e se você colocar  
914 cinqüenta por cento, você vai reduzir trinta e cinco por cento, ou seja você vai perder e  
915 talvez se você tivesse engessado também, o Conselheiro acha que eles têm que dar  
916 crédito ao Presidente e ele concorda. **O Conselheiro Marlúcio explicou** que nas  
917 disposições gerais está dizendo a forma como se dar essa relocação, ou teremos que  
918 altera - lá. **O Senhor Presidente, mas essa relação** de qualquer forma se você usar o  
919 limite de trinta e cinco por cento, ela fica lá nos trinta e cinco por cento. **O Conselheiro**  
920 **Marlúcio disse que explicou** nas disposições gerais, o qual ele acrescentou o recurso  
921 aplicado em Instituição Financeira, que ultrapassa o disposto no subitem, sete, do item, de  
922 vedações, deverão ser relocados paulatinamente para outras Instituições Financeiras, que  
923 apresentaram produtos similares, devendo ocorrer no prazo de seis meses e esta  
924 relocação primará pela orientações contidas pela proposta emitida pelo comitê, ou seja,  
925 elas deverão apresentar produtos que tenham maior rentabilidade, ou seja, nós não vamos  
926 tirar do Banco do Brasil, para uma Instituição que esteja dando menos, ou seja vai ser  
927 observado pelo comitê. **Dalton Martins, Senhor Presidente**, se ele coloca cinqüenta por  
928 cento na Instituição "A", e as outras Instituições, não estejam dando o mesmo rendimento  
929 "A", você vai diminuir para trinta e cinco por cento. **O Conselheiro Marlúcio fez uma**  
930 **intervenção, pedindo para que fosse para votação.** **O Conselheiro Dalton Martins falou**  
931 **que sua colocação** é importante para que haja entendimento para que tenha um contra-  
932 ponto e explicou se eles estão discutindo a melhor rentabilidade com maior segurança e se  
933 eles forem levar em consideração a maior rentabilidade, eles vão está engessando e tendo  
934 a menor rentabilidade que agente está engessando com trinta e cinco por cento. **O**



935 **Conselheiro Wellington fez** suas colocações, Senhor Presidente o mercado de capital é  
936 dinâmico, no momento que agente definir limites, eles estão engessando de repente um  
937 banco está em quebra, uma ação está em quebra, eu não posso passar para um banco  
938 que tenha uma melhor rentabilidade, depois, por causa do limite que eles definiram. **O**  
939 **Conselheiro Marlúcio colocou** e se tivemos sessenta por cento quebrar, o prejuízo não é  
940 maior. **O Conselheiro Wellington colocou** que toda aplicação, eles estão aplicando em  
941 Bancos Oficiais, digo Públicos, a maioria é Banco Público e aí a questão não é o banco, é  
942 a Carteira que eles estão trabalhando, o conselheiro disse que é contra a limitação. **O**  
943 **presidente colocou para votação, dizendo que são duas propostas, uma que está no**  
944 **documento e a do Conselheiro Marlúcio, que limita em trinta e cinco por cento, o**  
945 **trata da aplicação em uma só Instituição.** O Presidente perguntou quem está de acordo  
946 com a proposta que não faz a limitação que levante o braço, então foi aprovada por  
947 dez votos a proposta que fez referência a não limitação dos trinta e cinco por cento.  
948 O Conselheiro Cleudson disse que iria se abster, mas ficou contemplado com a decisão  
949 do Conselho e ressaltou que, se hoje agente não coloca esse limite, seria até perigoso,  
950 colocar o limite, se o Banco do Brasil hoje, não está dando lucro para empresa ao qual  
951 eles estão gerenciando que se tire até todo valor, porque não vamos está investindo que  
952 não está dando rentabilidade e repetindo disse que tire todo e invista sim em banco que  
953 está dando maior rentabilidade. **O Presidente Artur, falou que,** inclusive isso vai ser  
954 objeto do trabalho do comitê, que ele vai estudar e recomendar, ele quer colocar aqui que  
955 ninguém tem compromisso com nenhuma instituição de deixar lá o recurso nesta  
956 instituição sem que ela, esteja realmente dando rendimento que agente almeja, ou melhor  
957 rendimento que esteja no mercado, isso aí é um compromisso nosso, então aqui não tem  
958 amarração de nenhuma instituição. **Dalton Martins explicou** que a avaliação também hoje  
959 do que já feito hoje, do que foi feito em 2007, 2008 que assinou um contrato e para você  
960 quebrar o contrato, você pode perder muito mais, então a responsabilidade do  
961 investimento é muito grande, por isso que tem que ter o comitê, ou seja, tem que ter toda  
962 uma orientação, ou seja, tem toda uma parte legal nisso tudo. **O Conselheiro Arnaldo**  
963 **falou que todos estão preocupados com o nome do banco, ele acha que a política que tem**  
964 **que ficar bem definida, agora a Diretoria da AMPREV vai ter essa liberdade da melhor**  
965 **regra que está sendo estabelecida. Continuando, o Presidente seguiu** outro item da  
966 pauta que é a **questão do orçamento**, ele solicitou para os nossos colaboradores  
967 entregar uma errata para substituir duas páginas que foram dadas, um quadro comparativo  
968 e o quadro com alguns percentuais de valores que foram aprovados no Conselho, na  
969 Assembléia. O presidente iniciou este ponto, dando informações aos conselheiros sobre as  
970 questões do orçamento, esse orçamento de 2009, essa proposta, ela foi feita na gestão  
971 anterior, quer dizer ele na condição de presidente não estava aqui na AMPREV, quando foi  
972 elaborado. Quando chegou aqui no final do ano, deu uma examinada e verificou que eles  
973 poderiam dar uma melhoria e diminuir o orçamento, ou seja, enxugar o orçamento, ele  
974 observou que eles tinham como enxugar o orçamento e elaboram uma outra proposta que  
975 é está que ai e essa proposta foi feita com muito critério e com muita preocupação para  
976 que nós pudéssemos trabalhar valores inferiores ao orçamento de 2008, uma das maiores  
977 preocupação, quando nós falamos de Orçamento é o pagamento de pessoal, geralmente  
978 é um item que chama muito atenção de quem vai analisar o orçamento, e a base dessa  
979 proposta para pagamento de pessoal, ela foi feita com base no mês de janeiro de 2009,  
980 esta foi a base de pagamento pessoal, de obrigações patronais, enfim tudo que é  
981 relacionado com pessoal, as demais rubricas do orçamento, eles fizeram pautado no  
982 execução do exercício anterior e nas prováveis necessidade que eles vão ter no presente  
983 exercício. Neste momento o presidente abriu inscrição para os demais conselheiros. **O**  
984 **Conselheiro Marlúcio fez uma proposta de contingenciamento para 50%,** para 2009 e  
985 constituir uma comissão formada por três conselheiros, escolhido hoje aqui e pelo cargo  
986 técnico da AMPREV, para elaborar um novo orçamento para 2009, ele disse para Senhor  
987 Presidente chegou na AMPREV, em dezembro de 2008, ele acha que o Presidente  
988 praticamente não participou da elaboração deste orçamento e continuou defendendo um  
989 prazo de 60 dias para apresentar uma nova proposta, e a proposta de 2009, foi entregue



990 em cinco dias e não dá tempo de analisar uma proposta orçamentária, ou seja eles não  
991 podem aprovar uma proposta, sem ter tido esta prestação de conta do exercício anterior,  
992 que se projeta o exercício seguinte, a despesa com o exercício pessoal, é uma despesa  
993 excessiva, chegando à quase 3 milhões de reais, isso quer dizer que deve ter o mínimo  
994 120 pessoas, ele gostaria até saber do Senhor Presidente, quantas pessoas tem  
995 trabalhando aqui na AMPREV, **o Conselheiro falou ainda que** eles têm Instituto do Pará,  
996 que tem 58 funcionários, tem a Paraná Previdência com 48 funcionários, quer dizer eles  
997 veem gastos excessivos na folha, tem os encargos que envolvem, uma outra coisa, temos  
998 outro serviços com terceiros, temos pessoas jurídicas, que tem dois milhões e trezentos e  
999 pouco, quer dizer, gastos que são excessivos, são gastos que não comportam aqui, cento  
1000 e vinte pessoas de jeito nenhum, que não foi o Senhor que admitiu, mas foi a gestão  
1001 anterior e hoje eles têm um quadro entorno de quatrocentos a quatrocentos e cinqüenta,  
1002 segurados e pensionistas, ele acha muito um quadro excessivo para se gastar em entorno  
1003 de três milhões e pouco. Defendendo a minha proposta, não se discutiu isso como o  
1004 Conselho Estadual de Previdência, ele acha que estão aqui só querendo aprovar e não dar  
1005 tempo para se discutir o orçamento como este apresentado e sugeriu que fosse feito uma  
1006 comissão para se discutir o orçamento e se precisar, ele acha que eles não têm base para  
1007 se projetar esse orçamento e se precisar de aprovar um orçamento a menos, eles  
1008 suplementam no exercício, assim trazendo para o Conselho, para que se discuta a  
1009 questão. **O Conselheiro Marlúcio reprisou** o custo com pessoal, encargos e serviços de  
1010 terceiro e pessoa jurídica, são altíssimos e são coisas que eles poderiam enxugar e ele  
1011 não viu a previsão de gastos com concurso público da AMPREV e não sabe se o  
1012 Presidente tem alguma coisa para acrescentar, mas aqui não está e ele acha que é  
1013 excessivo gastar sete milhões praticamente, apesar que, se levou em consideração o  
1014 Exercício anterior, os exercícios anteriores também eram altos, ou seja, os exercícios  
1015 passados tinha até a construção de prédios e dois prédios aqui estão em poder da  
1016 AMPREV e cinco em poder do Estado, quer dizer, você ver aqui, vigilância ostensiva com  
1017 cento e cinqüenta mil e você gasta duzentos e cinqüenta mil em dois prédios, ou seja, eles  
1018 estão pagando para vigiar os prédios que estão locados, então é essas são as  
1019 considerações que ele tem a fazer, para eles ingressarem uma proposta e montar uma  
1020 Comissão, com três conselheiros, mas a equipe técnica da AMPREV, até sessenta dias,  
1021 para eles apresentarem uma nova proposta. **A Conselheira Estela falou que** esteve  
1022 analisando e na verdade, o orçamento já está aprovado na Assembléia e já faz parte e se  
1023 recordou do exercício anterior em que eles chegaram, quer dizer é aquela falha que  
1024 acontecendo ano após ano, o orçamento é preparado e não é discutido com o Conselho,  
1025 como diz a legislação, que tem que ser discutido com o Conselho de Administração, assim  
1026 já vem só o quadro de detalhamento, para que eles, homologuem ou não o detalhamento.  
1027 Verificou que foi proposto alguns cortes, ou seja, existe proporcionalmente alguns cortes,  
1028 em algumas situações, mas o ano passado em razão deles terem participado da  
1029 elaboração desse orçamento, o Conselho inclusive com o apoio do Conselheiro Dalton  
1030 Martins, que também, entendeu dessa forma, buscou-se uma comissão para que eles  
1031 pudessem saber os fundamentos do porque, de algumas rubricas estarem com os valores  
1032 um tanto, quanto altos, ela verificou algumas situações e uma coisa que lhe chamou a  
1033 atenção e até conversou com o Presidente, é a despesa com relação a manutenção,  
1034 locação, aquisição nem tanto, mas a questão dos software, só ai vai mais, em torno de  
1035 quase setecentos mil reais, o Presidente falou para a Conselheira que existem contratos  
1036 com relação a isso, só que causa surpresa para ela, que no ano passado o orçamento  
1037 acabou ficando em torno de sete milhões e setecentos, porque havia a indenização das  
1038 pessoas que trabalhavam no CAIS, então houve esta questão, também havia,  
1039 contemplado a construção de prédio, não consta essa situação aqui, embora tenha  
1040 ocorrido algum corte, em torno de seiscentos e quinze mil reais, como está informado aqui  
1041 no início do projeto, mas existem assim, ainda algumas coisas que eles precisam de ter  
1042 um melhor esclarecimento, ela sabe que o Artur está pegando a situação agora, como ela  
1043 disse, se depender da sua pessoa, eles vão ter toda a tranqüilidade para trabalhar, mas é  
1044 em razão do que vem acontecendo nos exercícios anteriores, que eles são pegos de





1045 surpresa, com o Orçamento já aprovado com o detalhamento já pronto, sem eles saberem  
1046 realmente o que se está decidindo. Isso lhe causa uma inquietação e inclusive chegaram a  
1047 fazer, ano passado, através de dois Conselheiros, Luiz Eduardo, que foi reconduzido e o  
1048 Marcelo, que não foi reconduzido porque não quis, **foi um levantamento de pessoal da**  
1049 **AMPREV**, para que fosse discutido e levado em consideração essa questão orçamentária  
1050 e isso não sequer discutido, até porque já sabemos o que ocorreu, as reuniões não eram  
1051 mensais e tudo mais e ela não sabe se foi considerado para esse orçamento, o  
1052 detalhamento, desse relatório que foi um trabalho sério que feito por pessoas que tem  
1053 conhecimento em DRH's, e que solicitaram e sugeriram corte de em torno de cinquenta  
1054 pessoas, então gostaria de ter, um melhor posicionamento com relação a essas questões.  
1055 **O Conselheiro Fernando Cezar**, referindo-se ao Senhor Presidente e demais  
1056 conselheiros, acompanha quase em total a palavra da Conselheira Estela, eu tive olhando  
1057 quando começou a redação do documento, ele se reporta a questão da aprovação da Lei  
1058 Orçamentária, nós não estaremos aprovando, já está aprovado pela Assembléia  
1059 Legislativa, que na realidade o que se está sendo apresentado é um quadro de  
1060 detalhamento de despesa, que se diz especificar em que especificamente, que segundo as  
1061 regras da administração financeira em que vai se gastar e isso é uma questão, inclusive  
1062 particular que no seu entendimento, ver inclusive as vezes, uma competência muito maior  
1063 do ordenador de despesas, do que o assunto em tese vir literalmente para o Conselho  
1064 debater e viu nas informações pelo menos nos documentos, que está em só, tende ou não  
1065 a olhar e se expressar como números altos ou números baixos, porque não tem  
1066 informação nenhuma a mais que se reportar ou que se contrata, o elemento trinta e nove,  
1067 detalha depois no outro, especificamente, mês a mês e só, ou seja o documento por si só,  
1068 não lhe dar para buscar uma outra interpretação, então há necessidade nisso, do que foi  
1069 aprovado conhecer, infelizmente em razão da vacância que ficou a gestão do Conselho,  
1070 não houve que se preceitua a lei e o próprio regime que, a proposta a ser encaminhada  
1071 deveria vim ao Conselho e o Conselho assim, se manifestasse e também teve a  
1072 oportunidade de conversar, como a Dra. Estela colocou, com o Conselheiro Marcelo, que  
1073 está sucedendo e ele lhe reportou esse estudo de pessoal, que existe e isso deve ser visto  
1074 e deve ser levado em conta e foi feito um trabalho e ele deve ser observado e nesse  
1075 aspecto, o Conselheiro comunga com o Marlúcio no sentido que se trata, uma vez de um  
1076 mero detalhamento de despesa, que se possa ser comportada e fazer uma avaliação do  
1077 que é quem de estudo, do que é que se tem da despesa a que ela se reporta,  
1078 aparentemente, o valor que está locado para informática está elevado, mas se existe  
1079 contrato ou não, não sabe, ou se há suporte ou não para essas informações no sentido de  
1080 se esclarecer. **O Conselheiro Wellington falou que ser surpreende** que o Conselho  
1081 queira ser executivo, ele não quer ser deliberativo, decisório, mas executivo, ou seja, eles  
1082 querem entrar na administração para resolver o seu problema, ele acha que todas as  
1083 nossas dúvidas, eles devem passar para a Presidência e ela nos reportar, sobre cada  
1084 situação dentro da AMPREV e essa questão de pessoal, o Marlúcio nos colocou uma  
1085 situação com relação a Paraná Previdência, a Paraná Previdência, quase todas, as suas  
1086 despesas são feitas pela Secretaria de Administração do Estado do Paraná, a mesma  
1087 coisa em Santa Catarina e no Estado do Pará, acontece, a nossa situação, não sabe a  
1088 questão da AMPREV ou quanto realmente, qual a qualidade que precisamos de servidores  
1089 aqui na AMPREV, então eles estamos aqui, e se todos colocam o Senhor Artur como um  
1090 homem dinâmico, como uma pessoa da mais alta qualidade para administrar a AMPREV,  
1091 ele acha que hoje, seria eles darem, uma carta de crédito para ele e para que ele, nos  
1092 posicionasse com menor tempo possível e fazer corte e porque ele não vai gastar esse  
1093 orçamento do dia para noite, ele tem responsabilidade de gastar dentro das proporções da  
1094 receita e do determinado critério. Ele acha que o Conselho não tem que vim e fazer o  
1095 Orçamento, acha que não é essa a nossa atribuição, mas o presidente fazer todo os  
1096 levantamento das dúvidas que nós temos da dúvidas que a maioria dos conselheiros têm e  
1097 colocar na mesa numa próxima reunião, discutir, se a questão do software, a questão do  
1098 investimento, porque ele tem um posicionamento aqui, com relação a investimento, ele  
1099 acha que a AMPREV tem pouco investimento, para muito que ela tem que fazer para o



1100 servidor, ele não ver isso aqui mas é uma visão sua, ele acha que deve-se passar essa  
1101 visão para o Presidente para que ele tome essa providência nas próximas reuniões e que  
1102 ele nos posicione em relação isso daqui, contingenciar o orçamento em 50%,  
1103 contingenciar o orçamento linearmente eles podem está cometendo um desvio de  
1104 finalidade na questão da execução da despesa, ele é contra, ele acha assim o  
1105 contingenciamento hoje com relação a tudo que acontece no mundo hoje o desemprego  
1106 um monte de situação que o estado hoje ta numa situação de contingenciamento, mas não  
1107 estamos trabalhando em contingenciamento linear, mas no contingenciamento seletivo, ele  
1108 acha a mesma coisa, ele queria pedir para o Presidente da AMPREV para que ele nos  
1109 posiciona-se a AMPREV com relação a crise também, que ninguém tratou disso aqui, ele  
1110 acha que é responsabilidade nossa de cobra isso do Presidente, na questão de  
1111 engessamento como disse a Estela que já está aprovado o orçamento, a questão é pedir  
1112 para o Presidente faça os gastos com responsabilidade que é inerente a ele, agradadeceu.  
1113 **O Conselheiro Cleudson** analisou e já discutiu alguns pontinhos, contingenciar ou não,  
1114 eles vão está votando, mas ele percebeu que já está aprovado como a Dra. Estela lhes  
1115 acabou de falar, então eles têm que simplesmente daqui para frente tirar alguns pontos,  
1116 ele queria referindo-se ao Senhor Presidente no momento acrescentar, que dá para eles  
1117 fazerem muita coisa e disse que confia na sua administração, mesmo sabendo que o  
1118 Presidente está pegando agora, ainda está tomando pé de toda situação, precisa de um  
1119 tempo e o Conselho é para isso, ajudar e para sugerir e para que esse colegiado possa  
1120 simplesmente votar e o presidente assinar, portanto é um colegiado importante, outra coisa  
1121 que ele abordou foi a situação dos trabalhadores da AMPREV, disse isso pode ser  
1122 resolvido com o concurso público, até mesmo porque, o seu papel de sindicalista, fica  
1123 muito complicado de colocar um servidor na rua, mas só concurso público já faria todo  
1124 uma qualificação e eles teriam esse trabalhador qualificado, que é a preocupação do  
1125 Conselheiro Dalton de ter mais uma mão de obra que estarão investindo e que  
1126 futuramente, eles não têm fuga da própria AMPREV do quadro pessoal e deixa também  
1127 que eles possam, já na próxima ponto de pauta solicitar ao Senhor Presidente, referindo-  
1128 se ao Banco do Brasil que já foi duas vezes que lhe importou isso não só o Banco do  
1129 Brasil, mas também a caixa econômica que possa trazer, que tem esses dois bancos  
1130 futuramente apresentem seus produtos para que eles possam avaliá-los. **O Conselheiro**  
1131 **Dalton Martins** falou que na verdade assim, ele acha que eles perdem tempo por tudo  
1132 aquilo que aconteceu referindo-se a Conselheira Estela, porque isso já era para ter sido  
1133 aprovado e quando vai à Assembléia para se aprovar, era para ser aprovado pelo  
1134 Conselho aqui, para que pudesse encaminhar para Assembléia, quer dizer que ele  
1135 caminhou para Assembléia porque já era o último momento, senão, não iria ter orçamento,  
1136 vai lá e aprova e agora eles têm outra coisa, provavelmente já deve está aberto esse  
1137 orçamento, porque já foi feito o pagamento esse mês, eles atropelaram tudo, então nesse  
1138 sentido que ele pede até aos conselheiros que eles dei sim, que essa oxigenação do  
1139 próprio Presidente do Conselho, foi tudo que aconteceu em 2008, que batia aqui e  
1140 chegava lá no palácio reclamávamos aqui e chagava lá no palácio, ele acha que a  
1141 oxigenação do Doutor Arthur, que está aqui e pela característica dele e pela as pessoas  
1142 que conhecem o Doutor Arthur, acha que eles precisam dar este voto de confiança sim  
1143 para que esse orçamento possa e ele conversou com ele a respeito desse orçamento,  
1144 preocupado também, como todos estão preocupados, ele acha que tem até uma  
1145 responsabilidade desse orçamento aqui, porque antigamente eles usavam 2%, depois  
1146 baixou para 1.8, depois para 1.6, e agora está em 1.14, do total que eles poderiam dar, ou  
1147 seja, eles poderiam dar até 2% e já está em 1.14 % e então com a conversa com o  
1148 Presidente disse que esse orçamento ainda vai fazer de tudo para que se possa diminuir  
1149 isso, ele acha que demais, eles já estão atropelando isso aqui, que já foi votado já está  
1150 aberto o orçamento, ele acha que eles têm que darem e acompanharem o Presidente no  
1151 sentido do emprego desse valor do orçamento, então seu posicionamento é que eles  
1152 levem em consideração nessa primeira reunião, que eles possam dar esse voto de  
1153 confiança para o Presidente e para que o Conselho possa acompanhar esse orçamento.  
1154 Obrigado conselheiro, **Conselheiro Arnaldo**, na verdade ele acha que tudo isso deve ter



1155 sido falado já, ma as idéia exatamente e essa que eles como o conselho da AMPREV, eles  
1156 possam discutir o assunto orçamento e em tempo abiu e forma que agente possa dar uma  
1157 atribuição efetiva na elaboração desse orçamento se não agente vai está discutindo o sexo  
1158 dos anjos o orçamento já está aprovado, eles não tem mais, eles tem que reconhecer  
1159 também que essas mudanças, que são tão necessárias aqui na AMPREV, elas não podem  
1160 acontecer um rompimento de uma hora para outra, há um processo e como o conselheiro  
1161 Dalton falou é um processo que já vem sendo mostrado aqui, se eles pegarem um gráfico,  
1162 já está vendo uma redução gradual que certamente vai avançar na gestão do Presidente  
1163 Arthur, porque eles conhecem a competência, a capacidade que o Arthur tem, de dirigir  
1164 como gestor, então ele entendi que essa, vai ser uma oportunidade que eles esse ano  
1165 possam dar uma contribuição mais efetiva na questão do orçamento, no tempo correto, no  
1166 tempo adequado, antes de ser encaminhado para Assembléia. **Senhor Presidente,**  
1167 agradeceu e falou antes de eles encaminharem para votação, fez uma explicação a  
1168 respeito da questão orçamentária, primeiro como é que eles processam os termos de  
1169 estrutura de governo, a elaboração dos orçamentos, encaminhamento do orçamento para  
1170 Assembléia, tudo isso é feito no determinado tempo, com muita antecedência, mais ou  
1171 menos no mês de junho ou de julho, são analisadas, as questão das diretrizes que  
1172 norteiam a confecção do orçamento, depois a SEPLAN pede para que todos os órgãos  
1173 para encaminharem sua proposta para que ela seja consolidada, para mandar a proposta  
1174 orçamentária para a Assembléia, bem ele acredita o que aconteceu aqui foi que a  
1175 AMPREV perdeu o tempo de prepara sua proposta para encaminhar para SEPLAN, ele  
1176 acredita que foi isso, mas ele disse à todos os conselheiros, que quer aqui assumir o  
1177 compromisso nesse ano, antes, o Presidente perguntou para a colega que trabalha na  
1178 SEPLAN, qual é a época que tem que chegar a proposta, então, eles terão que se reunir  
1179 fazerem um grupo de trabalho, alguma coisa a vista e ele acha que no mês de junho, seria  
1180 um mês ideal para eles preparem a nossa proposta, que seria uma proposta que seria  
1181 consensuada pelo Conselho, pela orientação e a colaboração dos técnicos que estão aqui  
1182 da AMPREV e ai sim, quando, quer dizer, quando chegasse lá para a aprovação da  
1183 Assembléia, eles não teriam essa discussão, seria a questão apenas, porque a  
1184 Assembléia aprova os valores, os grandes números, quer dizer no detalhamento ficaria já  
1185 essa discussão, discussão em tela como o conselheiro Dalton falou, ele acredita está  
1186 vendo pessoal, que nós vamos executar terminar o final de 2009 com uma excussão  
1187 menor do essa que está proposta aqui. **O Conselheiro Presidente** falou que esta  
1188 proposta aqui, porque eles vão realmente é usar todos os controles, eles vão ser assim,  
1189 muito criterioso no gasto da AMPREV, realmente, ele disse para os Conselheiros, para  
1190 vocês terem uma idéia, apesar de o orçamento já está disponível, praticamente esse mês  
1191 de janeiro que acaba depois de amanhã, não se gastou quase nada, só foi o pagamento  
1192 do pessoal, quer dizer, se ele tivesse mal intencionado, já teria feito um bocado de  
1193 despesas, mas não, que dizer que está realmente comprometido em executar esse  
1194 orçamento, da forma mais precisa e correta possível, ele gostaria como os conselheiro já  
1195 falaram, ele quer um voto de confiança dos conselheiros, ele quer que os conselheiros  
1196 acreditem nele, que eles aprovem essa proposta e que com certeza não vão se  
1197 arrepender, eles não vão fugir de nada desses valores, se houver a necessidade de  
1198 remanejamento, até remanejamento que de repente, você pode ter uma situação de uma  
1199 despesa aqui de um elemento que fuja, você tira de um lugar e colocar em outro, até  
1200 remanejamento serão feito pela autorização do Conselho. **O Conselheiro Marlúcio argüiu**  
1201 sobre a questão do Concurso, a sua preocupação como o conselheiro Dalton falou, que o  
1202 orçamento está aprovado na Assembléia, eles só vão aqui tentar regulamentar esse  
1203 orçamento que o Presidente apresentou, a sua preocupação é só com a questão do  
1204 concurso que não está previsto como é que eles vão fazer isso. **Presidente Artur**  
1205 **explicou que** na questão do concurso que a conselheira Estela e um outro conselheiro lhe  
1206 questionaram, a questão do concurso é o seguinte qual é a sua intenção é realmente fazer  
1207 uma provocação ao executivo para que o executivo encaminhe o projeto de lei para a  
1208 Assembléia para a criação do quadro da AMPREV, para que posteriormente seja feito o  
1209 concurso, é porque o seguinte para as despesas para a realização do concurso, toda



1210 administração aqui, da direta ou indireta, elas são suportadas pelo tesouro, pela SEAD,  
1211 porque os custos do concurso, eles são pagas com as inscrições, então quer dizer que as  
1212 inscrições dos candidatos, é mais ou menos, é porque ele sabe que o concurso se paga. O  
1213 **Conselheiro Marlucio questionou**, mas a natureza da AMPREV dizendo que ela é uma  
1214 entidade autônoma, como é que o Estado vai bancar isso. **Presidente falou** para o  
1215 conselheiro ficar tranquilo que eles não vamos desembolsar nadinha no nosso concurso. O  
1216 **Conselheiro Cleudson, explicou** que o concurso publico as vezes é até rentável.  
1217 **Conselheiro Marlúcio** falou que acha que temos que dar o voto de confiança ao Arthur,  
1218 ao Presidente, agora a sua preocupação na AMPREV, não é, "está muito cedo para  
1219 agente avaliar a conduta do Presidente, então ele conversou com a Conselheira Estela,  
1220 mas a sua preocupação que tudo que se ouve aqui na AMPREV, por exemplo está orçado  
1221 onze milhões e está se levando muito em consideração 2% para se gastar e não é assim  
1222 2% é o limite máximo, a sua preocupação é essa, ele acha que eles a coisa vai tomar um  
1223 caminho totalmente diferente, após discussões de quanto poderiam usar do orçamento, o  
1224 **Presidente Artur falou** antes deles encaminharem para votação, abriu um parêntese,  
1225 para dizer o seguinte, que eu observei aqui, que eles tinham algumas despesas, assim  
1226 que ela não ficaram muito definida, qual o setor que fez as despesas, inclusive algumas  
1227 despesas com o próprio Conselho, então, ele orientou os nossos técnicos para dentro  
1228 desse orçamento, que eles preparam, digamos assim, um sub-orçamento, direcionado  
1229 exclusivamente para o Conselho, então, eles têm ai em algumas dessas páginas, na  
1230 página do Conselho de administração Previdenciário, então, eles destacaram um recurso  
1231 exclusivo para manutenção do Conselho, então, todo deslocamento dos Conselheiros, o  
1232 recurso vai sair daqui aqui, eles precisam colocar recursos para montar uma estrutura para  
1233 dar apoio ao Conselho, então eles vão ter uma secretaria, ou seja, já temos a secretaria,  
1234 mas eles vão ter uma sala, um recinto, então, Conselheiro Fiscal, os conselheiros quando  
1235 quiserem fazer suas reuniões, tem o local, enfim, eles colocaram aqui todo esse elemento  
1236 de despesas, aparelho de informática, mobiliário, quer dizer, que ele vai preparar um  
1237 ambiente, que seja um ambiente próprio, assim para dar apoio para os conselheiros e  
1238 também para viabilizar seus deslocamentos, porque a sua intenção é todo e qualquer  
1239 deslocamento para tratar de assunto da AMPREV, que o Presidente for, ele quer lhe fazer  
1240 acompanhado pelo menos de um Conselheiro, para que todo mundo depois realmente  
1241 fique tomando conhecimento, então, ele colocou em votação a **Proposta do Orçamento**  
1242 **e perguntou quem estava de acordo que permanecesse como estava, assim o**  
1243 **orçamento foi aprovado com unanimidade.** Com relação à Política de Investimentos,  
1244 após a alteração no texto, o Presidente solicitou que os conselheiros rubricassem a  
1245 proposta para que seja enviada com urgência para o Ministério, já com as modificações e  
1246 alterações. **A Conselheira Estela sugeriu** como pauta para a próxima reunião para  
1247 situações que estão pendentes, eles podem elencar várias situações, tem a questão das  
1248 dívidas dos poderes daquelas recordadas e já conversadas, temos a questão dos imóveis  
1249 da AMPREV que estão alugados e não se recebe nenhum tostão até o momento, temos a  
1250 questão daquela ação judiciária que vamos pedir incarcidamente ajuda ao conselheiro  
1251 Mário Gurtyev, é uma ação de reintegração de posse lá no projeto do condômino CAJARI  
1252 e que está tramitando na terceira vara Civil, se não me falhe a memória. **O Senhor Artur**  
1253 **disse que tem uma informação**, a respeito da questão. Continuando a Conselheira falou  
1254 da questão de todo aquele material que está no CAIS, material odontológico, material  
1255 oftomológico têm varias situações, os equipamentos que estão pendentes e para que eles  
1256 possam em cada reunião eleger, uma equipe de um ou dois, se um for demandar muito  
1257 tempo, mas que nós possamos dar encaminhamento em situações que vão se arrastando  
1258 e não tem nenhuma decisão e já até se tomou algumas decisões, mas não foram  
1259 cumpridas, tem os devedores citado pelo Conselheiro Mário Gurtyev, confirmado pela  
1260 Conselheira Estela, ela gostaria que fosse verificado por essa Presidência, essas questões  
1261 que pudessem realmente colocar nas próximas reuniões um assunto atual e um pendente,  
1262 para que eles possam realmente dar encaminhamento à essas situações, até porque já  
1263 existem ações junto ao Ministério Publico, que estão em andamento, até no Ministério do  
1264 Trabalho, existe uma ação Cível Publica, ainda inquérito sobre essa questão de pessoal da



1265 AMPREV e no Ministério Público do Estado, existem outras questões, inclusive a questão  
1266 das gestões anteriores. **O Conselheiro Mário Gurtyev explicou** que primeiro eles têm  
1267 que criar o quadro de cargos, de servidores da AMPREV e depois fazer o concurso. **A**  
1268 **Conselheira Estela continuou** dizendo a necessidade de dar encaminhamento das  
1269 situações pendentes. Seguindo a pauta, temos a comunicação da Presidência, **o Senhor**  
1270 **Artur falou que** na condição de Presidente deu algumas informações aos Conselheiros,  
1271 primeiramente ele comunicou que conseguiu marcar uma audiência com o Secretário de  
1272 Políticas Previdenciárias do Ministério da Previdência para fazermos o primeiro contato  
1273 com o Ministério de Previdência e discutir algumas questões, inclusive com relação ao  
1274 nosso Certificado de Previdência e outras questões que eles estão precisando ter uma  
1275 orientação do próprio Ministério, essa audiência está marcada e confirmada para o dia  
1276 doze de fevereiro de dois mil e nove e ele irá acompanhar o Secretário de Gestão, o Dr.  
1277 Joel, porque é uma questão que envolve interesse do Governo e ele gostaria de ter um  
1278 representante do Conselho lhe acompanhando nessa viagem, é uma forma de dar  
1279 oportunidade para alguns conselheiros para fazerem algumas viagens de visitas, de  
1280 estudo e treinamento, sabemos que alguns tiveram oportunidade ano passado, mas outros  
1281 não, e ele não quer apontar quem deve ir com ele, mas gostaria de ter um conselheiro  
1282 para acompanhá-lo nesta reunião. **A conselheira Estela falou** que se a escolha for feita  
1283 através de sorteio, ela não poderá ir por causa que terá eleição no Ministério Público. **O**  
1284 **Conselheiro Presidente informou** novamente que audiência ocorrerá no dia doze de  
1285 fevereiro de dois mil e nove, mas que terá que sair do Estado dia onze. Como nenhum  
1286 Conselheiro se manifestou quanto ao assunto, **o Senhor Artur abriu o convite para o**  
1287 **Conselheiro Micherlon**, que neste momento aceitou, mas que ficaria de confirmar  
1288 posteriormente. Continuando com a comunicação da Presidência, o Senhor Artur informou  
1289 sobre os débitos que os poderes tem com a AMPREV, explicou que iria falar  
1290 exclusivamente do Executivo, colocou que assim como o Executivo tem um débito com a  
1291 AMPREV, ela também tem um débito com o Executivo e esse débito é decorrente do  
1292 pagamento dos benefícios temporários, ou seja, aquela questão de auxílio maternidade e  
1293 também aqueles quinze dias que as pessoas entram em benefícios, explicou o Presidente,  
1294 o que acontece, quem deveria arcar com essas despesas era a AMPREV, mas quem está  
1295 pagando até hoje é o Governo, então ele levou uma proposta para o Governo para fazer  
1296 um encontro de contas, levantar quanto a AMPREV deve para o Governo e quanto o  
1297 Governo deve para AMPREV e informou que o Senhor Governador já sabe da proposta,  
1298 inclusive já tomou conhecimento e despachou para as competências e diante disso foi  
1299 constituído um Grupo de trabalho por servidores nossos da AMPREV e servidores da  
1300 SEAD, eles já estão concluindo esse valor e qual seria a proposta, seria nós fazermos um  
1301 **ENCONTRO DE CONTAS**, prioritariamente no seu entendimento, na questão que é mais  
1302 crucial, que é a questão dos alugueis, primeira coisa para se atualizar os valores dos  
1303 alugueis e depois uma outra situação que são os pagamentos de juros e multas das  
1304 contribuições recolhidas com atraso e depois eles iram avançar, até esgotar esse valor, é  
1305 claro que não se vai resolver tudo, mas se eles resolverem essa questão dos alugueis,  
1306 essas questões de atrasos e outras contribuições que estão em atraso, daqueles  
1307 parcelamento, eles vão conseguir adiantar significativamente. **O Conselheiro Marlúcio**  
1308 **argüiu dizendo** que se esses descontos são aqueles que se recolhe a cada trimestre,  
1309 quando já se está para vencer o CRP. **O senhor Arthur explicou** que não é sobre isso  
1310 que eles estão levantando para fazer o encontro, uma outra situação, que o presidente  
1311 gostaria de colocar para os conselheiros é o seguinte, lá onde funcionava o CAIS, na  
1312 realidade, ele deparou com material de consumo que para eles não têm mais nenhuma  
1313 utilidade, então, são materiais que principalmente para a finalidade odontológica e que eles  
1314 poderiam dar uma destinação, quer dizer, na realidade, ou seja, nem preciso ter  
1315 autorização do Conselho, até porque, o Conselho só autoriza alienação dos bens  
1316 permanentes e isso não é material permanente é material de consumo, mas ele gostaria  
1317 de decidir com o Conselho, gostaria de não deixar mais esses materiais ficar lá, ele tem  
1318 aqui a relação, uns aqui dentro da validade outros já até perdeu a validade, mas, ele acha  
1319 que poderiam agradecer, pois tem tanta entidade que dar assistência, tem sindicatos a caso




1320 da hospitalidade, enfim, são só praticamente material de consumo e gabinete  
1321 odontológico, sugador e outros. **O Senhor Presidente colocou** que gostaria de saber se o  
1322 Conselho concorda com a doação desses materiais de consumo. **A conselheira Estela,**  
1323 falou que inclusive tem material odontológico homológico, tem até material ginecológico,  
1324 completando disse que fizeram uma inspeção, levantaram e sugeriram a época para essa  
1325 administração, para que fosse dado um destino, porque tinha muita coisa com o  
1326 vencimento, "papa Nicolau", então na realidade não é só odontologia, tem de outra área,  
1327 daí com a permissão do conselho, neste momento o Conselheiro **Dalton Martins pediu a**  
1328 **palavra dizendo** que em relação a isso, eles tiveram o trabalho, tiveram uma dificuldade  
1329 muito grande no Conselho passado, porque esses materiais, além deles terem um tempo  
1330 de uso e que muito desses, mesmo doando vai para o lixo, porque não vai ser usado,  
1331 porque perdeu o tempo a até de doar e ele acha que com saúde, sempre falou quando  
1332 eles fecharam o CAIS, eles deveriam ter dado destinação para aqueles equipamentos,  
1333 inclusive aqueles equipamentos oftalmológicos, também perderam a validade, mesmo que  
1334 você não use, mas pelo o tempo de equipamento você perde também, ele gostaria de  
1335 alertar, até pela sua função, que é da área da saúde, hoje eles estão com uma dificuldade  
1336 muito grande no Estado com relação às doenças infecto contagiosas, eles têm no Brasil  
1337 Novo, se Deus ajudar e eles não vão ter 100% das pessoas infectadas com a Dengue e  
1338 todos as casas que forem entradas, ontem, antes de ontem e hoje, 100% das casas tem o  
1339 mosquito da Dengue contaminados e a população não esta se envolvendo e isso também  
1340 é reflexo de seis meses ou um ano atrás, porque não se fez o trabalho e agora estão  
1341 fazendo o trabalho e identificaram os criadores e já teve inclusive um caso de morte lá no  
1342 Brasil Novo, esse é um bairro que ele está dando como exemplo, toda Macapá está  
1343 contaminada, mas lá está mais contaminado de que os outros bairros, eles já tiveram  
1344 agora quinze casos de leptospirose, que através das enchentes, da urina do rato, já  
1345 tiveram uma morte, por leptospirose, já tiveram cento e noventa casos de uma coisa que  
1346 fazia muito tempo que não se ouvia falar, que é a coculuze, que o tosse em salvas, a  
1347 pessoa tosse dez, quinze vezes seca e você pensa que é uma simples tosse, gripe, é uma  
1348 infecção coqueluche, que já muito tempo em Macapá, então a importância com relação a  
1349 este tema e que eles possam doarem estes materiais e atuar juntos com os sindicatos que  
1350 estão aqui e gostaria que o Senhor, eles mandassem alguma sobre essas doenças infecto  
1351 contagiosas uma mala direta eletrônica ou uma carta, alertando de como está a cidade  
1352 hoje e a compreensão que a sociedade precisa se envolver nisso para que possamos  
1353 debelar e melhorar. **O Conselheiro Presidente,** ele irá aguardar algum representante de  
1354 sindicato, que realmente tenha necessidade desse material que se manifeste, senão irá  
1355 procurar outras entidades. **O Conselheiro Cleydson como representante do**  
1356 **SINDSAÚDE** disse que ele tem um projeto de uma sala de massagem terapia, para  
1357 atender, os trabalhadores que estão com dificuldade musculares e tudo mais, disse que  
1358 avançaram também em apoio logístico, e vão avançar na questão odontológica. **O**  
1359 **Presidente perguntou** ao Conselheiro Cleydson, se nesse momento, se eles têm, por  
1360 causa da validade do produto e eles têm urgência. **O Conselheiro Cleydson** disse se for  
1361 possível irá encaminhar para Presidência a solicitação da doação dos materiais. **O**  
1362 **Conselheiro Micherlon** falou que é representante também da ASMEAP, em que ele pode  
1363 entrar em acordo, porque eles têm um centro Odontológico e já fica mais viável e ele irá  
1364 fazer um projeto para encaminhar. **Continuando o Senhor Presidente,** deu conhecimento  
1365 aos Conselheiros que recebeu uma comunicação de dois Bancos, que vem aqui na  
1366 próxima semana, fazer aquelas exposições e apresentar os seus produtos, ele irá fazer  
1367 depois o convite, mas desde já se sintam convidados, no dia 16 de fevereiro de 2009, vem  
1368 o representante do Banco SAFRA, que pediu para apresentar os seus produtos, reiterou  
1369 também dizendo o dia 16 de fevereiro, às dezesseis horas, no dia 05 de fevereiro, é o  
1370 representante do HSBC, eles também, estão se propondo para fazer uma apresentação de  
1371 seus produtos, todas as reuniões são às dezesseis horas, todas pela parte da tarde.  
1372 **Finalizando a Comunicação da Presidência** e passando para o último item que é a  
1373 comunicação dos Conselheiros e o que ocorrer. **O Senhor Presidente perguntou** se  
1374 havia algum conselheiro para fazer alguma comunicação. O Conselheiro Marlúcio falou




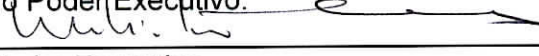
1375 para que eles avançassem teriam que escolher a composição do comitê. **O Presidente**  
1376 **explica** ao Conselheiro, que já está aguardando as indicações dos representantes e para  
1377 que seja concessuada e votada, ele irá baixar uma resolução, apesar de está consignado  
1378 em ata, a resolução é interessante. **O Conselheiro Mário Gurtyev** falou com relação as  
1379 Atas, quer saber o que ficou deliberado. Com relação a este assunto ficou deliberado a sua  
1380 apreciação para a próxima reunião. **O Conselheiro Marlúcio falou** que a preocupação  
1381 dele, por contribuir bastante com essa previdência é questão do CAJARI, que o Padre a  
1382 cada dia que passa, "mete um negocinho ali" e você vê a frente do CAJARI toda ocupada.  
1383 **O Senhor Presidente falou sobre este assunto**, que quando chegou na AMPREV,  
1384 procurou se inteira logo como estava aquela situação e a Procuradoria Jurídica lhe  
1385 informou o seguinte, que estava na mão do Juiz, para fazer a inspeção. **O Senhor Artur**  
1386 **disse** ainda que foi lá com o Juiz e ele lhe falou que em fevereiro, iria pessoalmente fazer  
1387 essa inspeção in loco e pediu ao Presidente que providenciasse a nova demarcação com a  
1388 nova modalidade, com o Georeferenciamento, **o Presidente** disse que foi no IMAP e o  
1389 IMAP já se prontificou e se comprometeu a fazer o Georeferenciamento, só quando o  
1390 pessoal do IMAP pegou o documento que eles tinham, que tem as coordenadas, em vez  
1391 da poligonal fechar, a poligonal abriu e eles estão numa situação atrás do documento que  
1392 originou aquilo, que está no cartório de Santana e eles já foram no Cartório de Santana. **O**  
1393 **Presidente perguntou para o Dr. Weber**, qual a posição do cartório de Santana. **O**  
1394 **Weber falou** que ficaram de fazer a pesquisa e aguardar o documento. **O Presidente**  
1395 **Artur falou** que a Senhora do cartório ficou de dar o documento para depois eles levarem  
1396 ao IMAP, para ver se bate, porque as vezes existe erros que na hora de digitar, traçar  
1397 aquelas, finalizou este assunto dizendo que está tomando providências e explica que são  
1398 duas questões, uma por trás e outra pela frente, assim encerrou o Presidente. Por fim, **o**  
1399 **Presidente agradeceu** a presença de todos e falou para os Conselheiros aguardarem a  
1400 convocação da próxima reunião dando por encerrada a reunião, cuja presente Ata foi  
1401 lavrada por mim, Jonilson Vilhena Martins, que, depois de lida e achada conforme, será  
1402 assinada por todos os membros presentes. Macapá, 29 de janeiro de 2009.

1403  
1404  
1405  
1406  
1407  
1408  
1409  
1410  
1411  
1412  
1413  
1414  
1415  
1416  
1417  
1418  
1419  
1420  
1421  
1422  
1423  
1424  
1425  
1426  
1427  
1428  
1429

Artur de Jesus Barbosa Sotão:   
Presidente do Conselho

Arnaldo Santos Filho: \_\_\_\_\_  
Membro titular, representante do Poder Executivo.

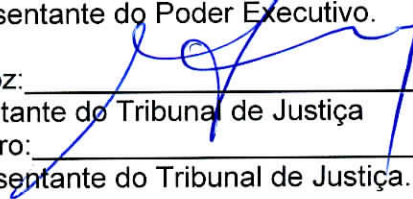
Benedito Paulo de Souza:   
Membro suplente, representante do Poder Executivo.

Weligton de Carvalho Campos:   
Membro titular, representante do Poder Executivo.

Cesar Nazaré Bezerra da Rocha: \_\_\_\_\_  
Membro suplente, representante do Poder Executivo.

Haroldo Vitor de Azevedo Santos: \_\_\_\_\_  
Membro titular, representante do Poder Executivo.

Maria Conceição Laurinho dos Santos: \_\_\_\_\_  
Membro suplente, representante do Poder Executivo.

Mário Gurtyev de Queiroz:   
Membro titular, representante do Tribunal de Justiça

Gilberto de Paula Pinheiro: \_\_\_\_\_  
Membro suplente, representante do Tribunal de Justiça.


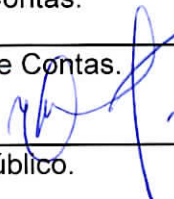

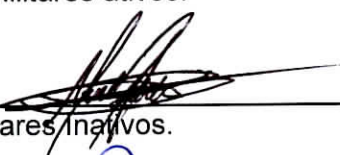
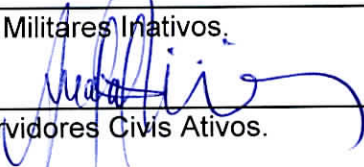
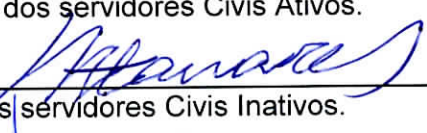
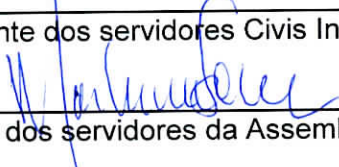
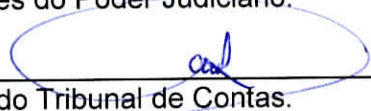

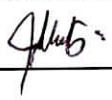
Dalto da Costa Martins: \_\_\_\_\_  
Membro titular, representante da Assembléia Legislativa.

Manoel Brasil de Paula Filho: \_\_\_\_\_  
Membro suplente, representante da Assembléia Legislativa.







1430  
1431 Damilton Barbosa Salomão:   
1432 Membro titular, representante do Tribunal de Contas.  
1433 Rozane de Almeida Chaves: \_\_\_\_\_  
1434 Membro suplente, representante do Tribunal de Contas.  
1435  
1436 Estela Maria Pinheiro do Nascimento Sá:   
1437 Membro Titular, representante do Ministério Público.  
1438 Marcelo Moreira dos Santos: \_\_\_\_\_  
1439 Membro suplente, representante do Ministério Público.  
1440  
1441 Luiz Eduardo Nunes:   
1442 Membro titular, representante dos Militares ativos.  
1443 Ademar Rodrigues dos Anjos: \_\_\_\_\_  
1444 Membro suplente, representante dos Militares ativos.  
1445  
1446  
1447 Micherlon Mendonça dos Santos:   
1448 Membro titular, representante dos Militares Inativos.  
1449 Ana Maria Correa Beleza: \_\_\_\_\_  
1450 Membro suplente, representante dos Militares Inativos.  
1451  
1452 Anatal de Jesus Pires de Oliveira:   
1453 Membro titular, representante dos servidores Civis Ativos.  
1454 Cleydson Sousa do Nascimento: \_\_\_\_\_  
1455 Membro suplente, representante dos servidores Civis Ativos.  
1456  
1457 Moisés Tavares de Araújo:   
1458 Membro titular, representante dos servidores Civis Inativos.  
1459 Edson França: \_\_\_\_\_  
1460 Membro suplente, representante dos servidores Civis Inativos.  
1461  
1462 Marlúcio de Almeida Souza:   
1463 Membro titular, representante dos servidores da Assembléia Legislativa.  
1464 Cezar Souza de Melo: \_\_\_\_\_  
1465 Membro suplente, representante dos servidores da Assembléia Legislativa.  
1466  
1467 Antônio Márcio de Souza Pelaes: \_\_\_\_\_  
1468 Membro titular, representante dos servidores do Poder Judiciário.  
1469 Alvinho Boucinha da Fonseca: \_\_\_\_\_  
1470 Membro suplente, representante dos servidores do Poder Judiciário.  
1471  
1472 Rosival Nazareno Fortunato Monteiro:   
1473 Membro titular, representante dos servidores do Tribunal de Contas.  
1474 Juliano Andrade de Araújo: \_\_\_\_\_  
1475 Membro suplente, representante dos servidores do Tribunal de Contas.  
1476  
1477 Fernando Cezar Pereira da Silva:   
1478 Membro Titular, representante dos servidores do Ministério Público.  
1479 Idelmir Torres da Silva: \_\_\_\_\_  
1480 Membro suplente, representante dos servidores do Ministério Público.  
1481  
1482 Jonilson Vilhena Martins:   
1483 Secretário do CEP